



INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS MACEIÓ
CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS LICENCIATURA

ANTÔNIO CARLOS SILVA DOS SANTOS

LINGUAGEM: A RELAÇÃO ENTRE OS NOMES E AS COISAS
SOB DIVERSAS PERSPECTIVAS

MACEIÓ, AL
2024

ANTÔNIO CARLOS SILVA DOS SANTOS

LINGUAGEM: A RELAÇÃO ENTRE OS NOMES E AS COISAS
SOB DIVERSAS PERSPECTIVAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de graduação em Licenciatura Plena em Letras Português do Instituto Federal de Alagoas, *Campus Satuba*, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Letras Português.

Orientador: Prof. Me Húbson Canuto

MACEIÓ, AL

2024



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Maceió
Biblioteca Benevides Monte

401

S237I Santos, Antônio Carlos Silva dos.

Linguagem [recurso eletrônico] : a relação entre os nomes e as coisas sob diversas perspectivas / Antônio Carlos Silva dos Santos. – Dados eletrônicos (1 pdf : 7,14 MB). – 2024.

Trabalho com 62 f.

Inclui referências.

Orientação: Prof. Me Húbson Canuto.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras-Português) – Instituto Federal de Alagoas, *Campus Maceió*, Maceió, 2024.

1. Letras – Português. 2. Linguagem. 3. Filosofia. 4. Pensamento. I. Título.

Franciane Monick Gomes de França
Bibliotecária – CRB 4/1831

ANTÔNIO CARLOS SILVA DOS SANTOS

LINGUAGEM: A RELAÇÃO ENTRE OS NOMES E AS COISAS
SOB DIVERSAS PERSPECTIVAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Letras Português do Instituto Federal de Alagoas, *Campus* Maceió, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Letras Português, sob a orientação do prof. M.e Húbson Canuto

Aprovado(a) em: 24/04/2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



HUDSON KLEBER PALMEIRA CANUTO

Data: 28/08/2024 09:43:46-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. M.e Húbson Canuto (Orientador)

Instituto Federal de Alagoas – IFAL

Documento assinado digitalmente



ELAINE CRISTINA RAPOSO DOS SANTOS

Data: 29/08/2024 22:33:34-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.a D.ra Elaine Cristina Rspôso dos Santos

Instituto Federal de Alagoas – IFAL

Documento assinado digitalmente



OTAVIO MONTEIRO PEREIRA

Data: 29/08/2024 12:19:24-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. D.r Otávio Monteiro Pereira

Instituto Federal de Alagoas – IFAL

*Dedico esta conquista a minha Mãe
Maria do Carmo (in memoriam), a
pessoa que na terra mais me amou e a
que mais amei.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, meu Senhor, por sua misericórdia e graça que me acompanham em todas as situações da vida.

A minha amiga Rosilene Ferreira, que me deu apoio quando enfrentei dificuldades durante o curso.

Aos meus professores: Siquele, Gisele, Cleusa, Antônio e Ricardo. Especialmente ao professor Húudson pela sua orientação durante a feitura deste trabalho e suas aulas que são uma mistura de aula clássica com uma conversa entre amigos.

Enfim, agradeço a todos que fizeram parte dessa trajetória, seja de forma direta ou não, mas que sem saberem, contribuíram para este resultado.

RESUMO

Tendo em vista que a linguagem é uma matéria de estudo bastante amplo e que, justamente por isso apresenta desafios de compreensão a diversas áreas do conhecimento, a filosofia da linguagem apresenta um panorama do que seja esse objeto de estudo. A pesquisa vai no intuito de compreender como a linguagem é vista em diversas épocas da história da filosofia da linguagem. Para tanto, é necessário analisar os pontos principais do que pensaram alguns filósofos a respeito da linguagem desde a Grécia antiga até a contemporaneidade; comparar os diversos pontos de vista verificando pontos convergentes e divergentes entre eles e desse modo, chegar a um panorama do que foi a linguagem para estes pensadores. Realiza-se, então, uma pesquisa baseada em uma revisão bibliográfica de documentos centrais dos pensadores escolhidos pela pesquisa. Diante disso, verifica-se que pensamentos opostos sobre a linguagem coexistiram e coexistem, ora se aproximando e ora se distanciando uns dos outros. Logo, a filosofia da linguagem contribuiu e contribui para verificar que a linguagem só pode ser compreendida dentro de um panorama de ideias, cada uma revelando partes dessa linguagem multidisciplinar e heterogênea.

Palavras-Chave: Linguagem. Filosofia. Pensamento

ABSTRACT

Bearing in mind that language is a subject of very broad study and that, precisely for this reason, it presents challenges in understanding different areas of knowledge, the philosophy of language presents an overview of what this object of study is. The research aims to understand how language is seen at different times in the history of the philosophy of language. To do so, it is necessary to analyze the main points of what some philosophers thought about language from ancient Greece to contemporary times; compare the different points of view, checking convergent and divergent points between them and, in this way, reach an overview of what language was for these thinkers. Research is then carried out based on a bibliographical review of central documents from the thinkers chosen for the research. In view of this, it appears that opposing thoughts about language coexisted and coexist, sometimes getting closer and sometimes distancing themselves from each other. Therefore, the philosophy of language contributed and contributes to verifying that language can only be understood within a panorama of ideas, each one revealing parts of this multidisciplinary and heterogeneous language.

Keywords: Language. Philosophy. Thought

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	ANTIGUIDADE CLÁSSICA	13
2.1	PLATÃO.....	13
2.2	ARISTÓTELES	23
3	MODERNIDADE	29
3.1	JONH LOCKE	29
3.2	GOTTFRIED LEIBNIZ.....	33
3.3	ROUSSEAU	37
3.4	DERRIDA.....	41
4	CONTEPORANEIDADE	45
4.1	GOTTLOB FREGE	45
4.2	LUDWIG WITTGENSTEIN	49
5	INFLUÊNCIA SOBRE A LINGUÍSTICA	53
6	CONCLUSÃO.....	57
	REFERÊNCIAS.....	59

1 INTRODUÇÃO

A linguagem tem sido tema de estudo desde a antiguidade clássica e, por sua complexidade, foi objeto de pesquisa de filósofos e cientistas que no decorrer do tempo se debruçaram sobre este assunto sob diversas perspectivas e, com isso, produziram as mais diversas teorias que, de alguma forma, pudessem descrever, explicar ou pelo menos lançar luz sobre aspectos específicos do fenômeno linguagem. É na filosofia da linguagem que se produziram reflexões sobre a metafísica; as relações humanas e a própria constituição do ser enquanto ser.

Desde um meio de acessar a realidade das coisas, passando pela representação convencional do mundo (PLATÃO, Crátilo) e um intrincado meio de comunicação (ROUSSEAU, 1999) até ser considerada ferramenta fulcral no fazer filosofia (WITTGENSTEIN, 2001), a linguagem possui diversos aspectos que ainda não foram satisfatoriamente esclarecidos ou explicados. Embora, muitos intelectuais tenham tentado, de alguma forma, descrever os fenômenos linguísticos e o que eles representam, há sempre no final das pesquisas uma ideia de que a resposta ou as possíveis explicações não abarcam a totalidade da linguagem (SAUSSURE, 2006).

Dessa forma, se faz necessária uma constante visitação e revisitação do tema, pois é imprescindível que haja um aprofundamento no tema, na hora de se debruçar sobre a linguagem, pois, partindo de uma base já estabelecida, ou melhor, tendo ciência dessa base, ainda que esta seja heterogênea (WEEDWOOD, 2002), é que se pode traçar um caminho para novos pensamentos a respeito da linguagem. Como a linguagem ainda é, apesar de tudo o que já se escreveu sobre ela, um campo vasto de mistérios e problemáticas, é necessário, um olhar multidisciplinar sobre ela, uma vez que a linguagem se mostrou, na história da humanidade, ser capaz de abarcar problemáticas filosóficas e científicas (MIGUENS, 2007) e não somente nesses campos, mas também encontra lugar de discussão e reflexão na religião nas artes (LEONEL, 2016).

Sendo assim, a linguagem não pode ser negligenciada quando se quer explorar o mundo em volta, pois as ciências, a filosofia, as crenças e a artes se valem da linguagem quando querem expor seus postulados. É por meio da linguagem que o mundo se traduz e como ele se apresenta aos seres humanos (MARI, 1995), dessa forma, a temática é de grande interesse para todo aquele que queira explorar os campos do conhecimento que a realidade proporciona.

Não é somente nos campos do conhecimento científico, filosófico ou transcendental que a linguagem se mostra tema importante, mas também é fulcral quando se trata do cotidiano, uma vez que diariamente bilhões de pessoas se valem da linguagem para se fazerem no mundo, para “existirem” nas relações interpessoais. Dessa forma, tanto nas reflexões filosóficas, nas teorias científicas como no cotidiano prático, a linguagem se constitui como um meio de acesso ao mundo; uma ferramenta de análise e tratamento de dados; um meio de comunicação e uma expressão do eu em relação ao outro (BENVENISTE, 2005). Tamanha abrangência que a linguagem tem já é motivo suficiente para que a constante revisitação do que foi produzido até o momento seja praticada. A cada revisitação, um novo olhar é lançado, uma nova perspectiva e com isso uma nova contribuição, ainda que mínima, se estabelece, para que ao se distanciar, se possa ver um corpo melhor desenhado, um todo coeso e significativo do que seja a linguagem. Por fim, esse panorama dos principais pensamentos filosóficos da linguagem é útil para estabelecer novos caminhos de investigação e métodos de análise dentro desse campo de conhecimento.

Com tudo isso, o presente trabalho busca compreender como a linguagem é entendida sob perspectivas opostas entre si no decorrer da história da filosofia da linguagem, buscando representantes específicos da Grécia antiga, bem como do período moderno e contemporâneo. Sendo assim, se fará uma análise dos pontos principais do que seja a linguagem para diversos filósofos que se debruçaram sobre diferentes aspectos a respeito do objeto de estudo em questão. Com isso, o trabalho visa realizar uma comparação entre as diferentes teorias filosóficas para que, através desse entroncamento de ideias que ora se encontram e ora se distanciam, se desenvolva um panorama da linguagem tal qual foi pensada na história da filosofia da linguagem e que serviu de base para o estabelecimento da ciência linguística.

Para obter os dados necessários para a construção do presente trabalho foi realizada uma revisão bibliográfica com uma abordagem qualitativa que buscou analisar os dados obtidos de maneira descritiva. Através de comparações entre filósofos e suas respectivas ideias a respeito da linguagem, são estabelecidos pontos de convergência e divergência entre suas teorias.

Para tanto, este trabalho será dividido em quatro partes: a primeira será uma descrição de como a linguagem foi entendida e discutida por Platão em seu diálogo *Crátilo*, bem como a ideia de Aristóteles que discordando de seu antecessor irá trazer uma nova visão a respeito do tema no seu escrito *Da Interpretação*. No segundo momento,

será descrito como a linguagem foi vista na modernidade e como ela foi dividida por diferentes abordagens: empirista, representado neste trabalho por Locke (1670); racionalista, representado por Leibniz (1764); e naturalista, representado por Rousseau (1781) bem como seu crítico Derrida (1967). Na terceira parte, o presente trabalho se debruçará sobre a chamada filosofia analítica ou virada linguística, para isso serão escolhidos como representantes desse movimento: Frege (1879) e Wintegenstein (1818, 1921). Já no quarto e último momento, será uma breve descrição de como esses conceitos trabalhados nos capítulos anteriores influenciaram a ciência linguística, mais precisamente na teoria de Saussure (1916).

2 ANTIGUIDADE CLÁSSICA

2.1 PLATÃO

Platão irá registrar um diálogo entre três personagens: Hermógenes, Crátilo e Sócrates, a respeito da natureza dos nomes, em que o foco principal é a questão dos nomes e sua ligação com as coisas no mundo. “Platão foi o primeiro pensador europeu a refletir sobre os problemas fundamentais da linguagem.” (WEEDWOOD, 2002, p.21) O diálogo cujo título é *Crátilo* começa com o tema sendo discutido entre Hermógenes e Crátilo. Enquanto Hermógenes acredita que os nomes são ligados às coisas por meio de uma convenção, Crátilo, por sua vez, entende que os nomes possuem uma ligação natural com a coisa nomeada:

Her.: Crátilo está dizendo aqui, Sócrates, que há por natureza um nome exato para cada um dos seres; o nome não é uma designação que, segundo um acordo, algumas pessoas dão ao objeto, assinalando-o com uma porção de vozes de sua língua, mas que por natureza, tem sentido certo, sempre o mesmo, tanto para os gregos quanto para os bárbaros em geral. (PLATÃO, *Crátilo*, p. 383a).

Longe de resolver todos os problemas da linguagem, o *Crátilo* se constitui mais como uma reflexão a respeito do tema, ou seja, apesar de os personagens estarem à procura de uma resposta satisfatória, tudo vai se tornando mais complexo dentro desse diálogo, isso também ocorre em outros diálogos socráticos. “Os diálogos socráticos possuem, em geral, um estilo mais dramático - a discussão entre Sócrates e seus interlocutores é intensa - e são geralmente aporéticos, ou seja, inconclusivos, não havendo uma solução definitiva para o problema proposto.” (MARCONDES, 2007, p.19)

Na maior parte da obra *Crátilo*, o diálogo se dará entre Hermógenes e Sócrates, em que, por meio de perguntas, Sócrates conduzirá Hermógenes a raciocinar a respeito do assunto. Os argumentos, de que Sócrates lançará mão, vão no sentido de comparar o “ofício” de dar nomes às coisas com outros ofícios, como o do carpinteiro na hora de usar a técnica da carpintaria ou do ferreiro na hora de exercer o seu trabalho com ferro (PLATÃO, *Crátilo*). Para Sócrates, o responsável por dar nomes às coisas, seria aquele a quem ele chama de “legislador”, que seria a pessoa capacitada para, com a sabedoria do ofício, dar os devidos nomes às coisas, ou seja, os nomes deveriam ser dados de acordo com o objeto nomeado, e como os demais trabalhadores que têm as suas respectivas

habilidades laborais, não é qualquer pessoa que estaria apta a esse trabalho de nomear as coisas (PLATÃO, *Crátilo*).

Nesse ponto, Sócrates vai refletir sobre as diversas línguas e como isso se encaixa dentro da comparação que ele estabeleceu entre os ofícios. Ele compara a língua grega com as línguas bárbaras e identifica as diferenças entre sílabas e sons, e como acontece com os outros ofícios, cujos os trabalhadores precisam fabricar os seus instrumentos visando o seu objetivo final, os sons e as letras serão de espécies diferentes a fim de que possa suprir a necessidade de cada língua:

Sóc.: Logo, meu excelente amigo, o nosso legislador deverá saber formar com os sons e as sílabas o nome por natureza apropriado para cada objeto, compondo todos os nomes e aplicando-os com os olhos sempre fixos no que é o nome em si, caso queira ser tido na conta de verdadeiro criador de nomes? O fato de não empregarem os legisladores as mesmas sílabas, não nos deve induzir a erro. Os ferreiros, também, não trabalham com o mesmo ferro, embora todos eles façam iguais instrumentos para idêntica finalidade. (PLATÃO, *Crátilo*, p. 389d)

Ou seja, para Sócrates, apesar de existirem diversas línguas no mundo, todas elas são formadas para a mesma finalidade de nomear as coisas, ainda que esse ato de nomeação por parte do legislador aconteça de maneiras diferentes, o seu objetivo será, dentro do argumento socrático, o de identificar a natureza dos nomes independente da língua em que se dá:

Sóc.: Do mesmo modo julgarás o legislador, tanto daqui quanto dos bárbaros; uma vez que ele reproduz a ideia do nome, a propriedade para cada coisa, pouco importante as sílabas de que se valha, em nada deverá ser considerado inferior, quer seja daqui, quer seja de qualquer outra região? (PLATÃO, *Crátilo* p. 390a)

Sócrates em seus diálogos, pretendia, não expor um conhecimento, mas, guiar o interlocutor ao conhecimento, esse método foi utilizado em diversos diálogos (REALE e ANTISERI, 2017). O chamado método socrático ou a dialética socrática era, pois, constituído por elementos como Maiêutica e ironia, em que Sócrates “se servia da máscara do não saber e da extremamente temida arma da ironia” (REALE e ANTISERI, 2017, p. 93) para extrair de seu interlocutor o conhecimento. Apesar de esse método ser reflexivo e educativo, para Reale e Antiseri (2017, p. 92): “as finalidades do método

socrático são fundamentalmente de natureza ética e educativa e só secundária e mediatamente de natureza lógica e gnosiológica”.

Sócrates faz, mais uma vez, uma comparação do universo dos nomes com o do trabalho, nesse ponto ele conclui que a melhor maneira de saber se determinado produto foi fabricado adequadamente pelo fabricante para determinado fim, é saber quem faz uso do produto (PLATÃO, *Crátilo*). Ou seja, para saber se a lançadeira alcançou êxito quanto a sua aplicabilidade, uma pessoa teria essa função, esse não seria o carpinteiro que a produziu e sim o tecelão. Com essa comparação, Sócrates chega à questão: “Sóc.: E agora, quem será mais capaz de melhor dirigir os trabalhos do legislador e de julgá-los, quer seja ele executado entre nós, quer entre os bárbaros? Não é quem dele faz uso?” (PLATÃO, *Crátilo*, p. 390c).

Com outras comparações como essas, Sócrates chega à conclusão de que a pessoa melhor preparada para verificar se o trabalho do legislador está ou não bem direcionado, é quem dele faz uso, mas não é qualquer pessoa que faz uso que teria essa habilidade, mas as pessoas que sabem interrogar e responder, conforme Sócrates: “E a quem sabe interrogar e responder dá outro nome que não seja o de dialético?” (PLATÃO, *Crátilo*, p. 390c). O dialético seria, então, a pessoa capaz de chegar ao conhecimento da verdadeira ligação entre nome e coisa, e com isso verificar se o trabalho do legislador foi bem empregado.

O dialético não só é capaz de verificar se o nome está de acordo com o objeto como também de direcionar o trabalho do legislador, pois, de acordo com o que asseverava Sócrates: “Assim, o trabalho do carpinteiro consiste em fabricar lemes sob a direção do piloto, para que a peça saia bem feita” (PLATÃO, *Crátilo*, p. 390d). Do mesmo modo o trabalho “do legislador, ao que parece, é o de dar nomes, sob a direção do dialético, caso deseje criá-los com acerto” (PLATÃO, *Crátilo*, p. 390d).

Concluindo essa temática, Sócrates e Hermógenes se colocam como aptos para iniciar essa investigação dos nomes, pois o método por eles utilizado é justamente o dialético, ou seja, com a sequência de perguntas e respostas poderão chegar ao elemento que liga o nome às coisas do mundo.

Sóc.: Então, Hermógenes, talvez não seja atividade tão despicienda como imagina, a de instituir nomes, nem é trabalho de gente sem préstimo nem mesmo para todo o mundo. Sendo assim, Crátilo tem razão de dizer que os nomes das coisas derivam de sua natureza e que

nem todo homem é formador de nomes, mas apenas o que, olhando para o nome que cada coisa tem por natureza, sabe exprimir com letras e sílabas sua ideia fundamental. (PLATÃO, *Crátilo*, p. 390d).

Algumas das fontes que Sócrates e Hermógenes irão consultar para verificar os nomes é Homero e outros poetas (PLATÃO, *Crátilo*). Nesse ponto, Sócrates fará menção a Homero quando este relata nomes dados pelos homens e pelos deuses às mesmas coisas. Os deuses seriam já dotados dessa habilidade do legislador de dar nome às coisas “pois é claro que os deuses sabem chamar com acerto as coisas por seu nome natural” (PLATÃO, *Crátilo*, p. 391d-391e), enquanto os homens em geral não teriam esse mesmo talento na hora de dar nomes.

Além dos deuses, Sócrates aponta outra categoria de legislador que seria apta no trabalho de nomear as coisas, e isso ele faz com a seguinte questão: “se alguém te perguntasse: em tua maneira de pensar, quem chama com mais acerto o nome das coisas: os indivíduos mais judiciosos ou os insensatos?” (PLATÃO, *Crátilo*, p. 392c), ao que Hermógenes responde: “É evidente que eu responderia: os mais judiciosos” (PLATÃO, *Crátilo*, p. 392c). Nesse momento, Sócrates faz um questionamento a respeito das pessoas na cidade, “quem consideras mais sensatos numa cidade: os homens ou as mulheres?” (PLATÃO, *Crátilo*, p. 392c), ao que Hermógenes conclui: “os homens” (PLATÃO, *Crátilo*, p. 392c).

Esse debate a respeito dos nomes dados por homens ou mulheres foi suscitado pelo apontamento de Sócrates sobre o relato de Homero a respeito do filho de Heitor descrito na literatura homérica:

Os nomes Escamândrio e Astianacte, que o poeta diz serem designação do filho de Heitor, estarão mais acessíveis, quer parecer-me ao engenho humano, sendo, por isso, mais fácil conhecer por meio deles o pensamento do poeta com respeito à sua exata aplicação. Decerto conheces os versos em que se encontram os nomes que acabei de citar.

Her.: Sim, conheço.

Sóc.: Qual dos dois nomes, então, acreditas que Homero considerava mais certo para o menino: “Astianacte” ou “Escamândrio”? (PLATÃO, *Crátilo*, p. 392b).

Após essa reflexão, Sócrates aponta, no escrito de Homero, que este considerava os troianos como responsáveis pelo nome Astianacte, dado ao filho de Heitor, enquanto

o nome Escamândrio, evidentemente, foi dado pelas mulheres. (PLATÃO, *Crátilo*).

Dessa forma eles concluem:

Sóc.: Nesse caso, Homero considerava os troianos mais judiciosos do que suas mulheres?

Her.: É também o que penso.

Sóc.: Assim, era de opinião que o nome certo do menino não era “Escamândrio”, porém “Astianacte

Her.: Parece que sim.” (PLATÃO, *Crátilo*, p.392d).

Após essa reflexão nos escritos homéricos, Sócrates e Hermógenes entendem que tanto os deuses e os homens judiciosos, como o próprio Homero, são capazes de nomear as coisas de forma mais certa em relação à natureza dos nomeados. Sócrates e Hermógenes tecem uma análise etimológica dos nomes, tentando encontrar sentido tanto em nomes comuns como em nomes próprios, pois a ideia aqui é tentar encontrar uma ligação natural entre nome e coisa. (PLATÃO, *Crátilo*):

Sóc.: Pelo menos parece-me certo dar o nome de leão ao filhote de leão, e o de cavalo ao filhote de cavalo. Não me refiro a casos monstruosos, como se de um cavalo nascesse algo diferente dele, mas ao produto natural. Se, contra a natureza, nascesse de um cavalo o produto natural do touro, não deveria receber o nome de potro, porém o de bezerro; nem; ainda, quero crer, poderia ter o nome de homem o produto que nascesse sem características humanas. O mesmo vale para as árvores e para tudo o mais, não te parece?

Her.: Parece. (PLATÃO, *Crátilo*, p. 393b, 393c).

Essa “ligação natural” entre nome e coisa vai permear toda a literatura, uma vez que parte de um pressuposto de que cada coisa deva possuir seu nome natural. Porém, à medida que o diálogo avança, vai parecendo cada vez mais obscura essa relação; as problemáticas vão surgindo, o que força os interlocutores a lançar mão de diversos dispositivos de interpretação da realidade através dos nomes, segundo Pereira:

Se se atentar ao essencial da discussão entre Sócrates, Hermógenes e Crátilo, perceber-se-á que o que está em causa neste diálogo vai muito para lá de uma simples adequação superficial, físico-fonética dos nomes às coisas: é toda uma tentativa de encontrar um fundamento lógico-ontológico para a linguagem dos homens. (PEREIRA, 2008, p. 1)

Dessa forma, dentro desse pensamento, os nomes encontram seu sentido na coisa nomeada, não podendo ser de outra forma, ainda que esses nomes possuam diferenciações pequenas de letras ou mesmo sílabas ainda mesmo porque no grego antigo, os grafemas e os fonemas não tinham realmente distinção, de forma que a escrita e a fala se representavam reciprocamente. Após traçar esse raciocínio de que o nome está ligado à coisa por laços de significação da sua natureza, Sócrates e Hermógenes realizam uma investigação de nomes comuns e próprios de que se tem registro, com essa amostragem, pretendem averiguar se de fato os nomes não são aleatoriamente colocados, mas que devem ter algum sentido com os objetos do mundo:

Segundo o mesmo raciocínio, o que nascesse de um rei teria de chamar-se rei. Quanto a ser isso expresso com estas ou com aquelas sílabas, não nos interessa, como também carecerá de importância ser acrescentada ou tirada alguma letra, uma vez que a essência da coisa seja bastante forte para manifestar-se no seu nome. (PLATÃO, *Crátilo*, pp. 393c, 393d).

De início, rejeitam como matéria de investigação, os nomes próprios de homens em geral, pois chegam à conclusão que os homens possuem nomes dados sem qualquer critério, nomes que só encontram sentido em quem primeiro o possuiu, como sendo o original e os demais seriam cópias (PLATÃO, *Crátilo*). Para Sócrates, seria ideal investigar nomes de elementos eternos e a própria natureza, julgando ele que, esses nomes provavelmente foram dados com muito critério, assim como os nomes dos deuses, demônios e heróis. Para isso, vão consultar a fonte de Hesíodo, onde julgam encontrar pistas para esse conhecimento. (PLATÃO, *Crátilo*).

Outras palavras foram examinadas por Sócrates e Hermógenes, dentre elas: “Homem”, “Alma”, “Corpo”. Essas palavras foram examinadas com o mesmo raciocínio anterior, numa tentativa de fazer ligações etimológicas entre as palavras e seus respectivos objetos. Após essa etapa, chegaram ao nome dos deuses. Estes últimos eram algo de especial, uma vez que os filósofos tinham a certeza que os deuses possuíam nomes “verdadeiros” (PLATÃO, *Crátilo*, p. 400e). Neste momento, Sócrates estabelece uma advertência, pois deveriam tomar cuidado que os nomes divinos a serem examinados, só podem ser estudados quando se referem aos nomes que homens dão aos deuses e não aos deuses propriamente ditos, isso por haver uma incapacidade de se alcançar a compreensão do divino (PLATÃO, *Crátilo*). Dessa forma, observa-se que o filósofo pretendia alcançar

a coisa pelo nome, uma vez que ele afirma que há coisas que não podem ser acessadas, no caso dos deuses e outras que podem ser acessadas, como nas demais coisas:

O que se tenta perceber releva não apenas de um estrito âmbito de uma filosofia da linguagem, mas também de uma teoria do ser e do modo ontológico de acesso ao ser, isto é, de uma teoria integral da inteligência. Aqui, portanto, encontramos a necessária articulação entre ontologia, gnoseologia e filosofia da linguagem. (PEREIRA, 2008, p. 2)

Após examinarem outros nomes divinos, da mesma maneira agem, fazendo a ligação do termo com os objetos nomeados, que acreditam serem os seus verdadeiros correspondentes na realidade e, assim como os nomes dos deuses eram atribuídos desde tempos imemoriais, Sócrates acredita que foram dados com critérios exatos, ou seja, esses homens eram os que anteriormente foram chamados de legisladores, os que têm a função técnica de dar nomes.

Sóc.: Tudo indica, meu caro Hermógenes, que os primeiros atribuidores de nomes não eram espíritos medíocres, porém conhecedores dos fenômenos celestes, e todos eles capazes de altos vãos.

Her.: Como assim?

Sóc.: Para mim, é fora de dúvida que a instituição dos nomes foi obra de homens desse quilate. (PLATÃO, *Crátilo*, p. 401b).

Sócrates e Hermógenes vão analisar a partir de então os nomes dos elementos naturais, tais como “fogo”, “água”, “ar” e “terra” bem como as estações “verão” e “inverno”. A língua nativa é, pois, o grande escopo de onde tiram o significado dos nomes, ou seja, os nomes que lhes servem de objeto de estudo na verdade possuem tais significado dentro de uma determinada lógica cultural linguística, tanto é que Sócrates diz o seguinte enquanto se refere às estações: “O vocábulo estações (hôrai) deve ser pronunciado à maneira da Ática, caso queiras rastrear-lhe o significado.” (PLATÃO, *Crátilo*, p. 409c). Dessa forma, para encontrar o suposto significado natural dos nomes, Sócrates recorre a determinada língua, pois de outra maneira, encontrariam outros tipos de ligação entre os nomes e seus respectivos objetos.

Sócrates, então, se dedica aos nomes abstratos como “belo”, “feio”, “virtude”, “vício” etc. Muitas vezes, Sócrates vai se deparar com vocábulos de que lhe fugirá o significado, ou seja, não vão encontrar a coisa à qual tal nome se refira ou até mesmo por

não fazer sentido dentro da lógica que empregam para essa investigação, dessa forma, sempre que isso ocorre, eles lançam mão de um recurso:

Her.: E esse nome, “kakon”, que te serviu para explicar tantos outros, por sua vez que significa?

Sóc.: Por Zeus, parece-me estranho e sobremodo difícil de explicar. Por isso, mais uma vez vou recorrer ao meu expediente.

Her.: Que expediente?

Sóc.: Declarar que se trata de expressão bárbara. (PLATÃO, *Crátilo*, p. 416a).

Sócrates e Hermógenes chegam a um momento em que começam a examinar as palavras a um nível das letras e sílabas, pois suspeitam, a essa altura, de que os nomes, por meio de mecanismos estruturais, estariam imitando a natureza e que daí provinha seu significado (PLATÃO, *Crátilo*). Parecem concordar com isso, no entanto, outra questão surge, que seria a capacidade humana de se apropriar da essência das coisas de tal forma que pudesse lhes atribuir nomes que correspondessem exatamente à natureza das coisas.

Sóc.: E que pensas do seguinte: não te parece que cada coisa tem sua essência própria, tal como cor e o que agora enumeramos? E a cor, também, para começar, e a voz, não tem também sua essência, assim como tudo o mais que merece a designação ser?

Her.: Penso que sim.

Sóc.: E então? Se fosse possível imitar isso mesmo, a saber, a essência das coisas, por meio de letras e de sílabas, não se nos tornaria patente a sua natureza? Ou não?

Her.: Sem dúvida. (PLATÃO, *Crátilo* p. 423e, 424a).

Nessa altura, comparam as palavras com a pintura, pois assim como a pintura se apropria da imagem e faz sua imitação, assim as palavras imitariam a essência das coisas. Dessa forma, estabelecem o pensamento de que os nomes primitivos carregam em si a essência das coisas enquanto os nomes derivados, são apenas variações dos primitivos (PLATÃO, *Crátilo*). Mesmo após essas ideias, chegam à percepção de que seria impossível que alguém pudesse se apropriar da essência da natureza e com isso produzir nomes que lhe correspondessem exatamente:

Her.: Concordo em toda a linha com tua maneira de pensar.

Sóc.: Penso que poderá parecer ridículo, Hermógenes, virem a ser conhecidas as coisas pela imitação das letras e das sílabas; mas tem que

ser assim, pois não dispomos de nada melhor a que possamos recorrer para ajuizar da verdade dos primeiros nomes, a menos que te resolvas a proceder como os poetas trágicos, que lançam mão de máquinas, sempre que se encontram em dificuldade para fazer baixar os deuses: de igual modo, sairemos deste apuro declarando que os nomes primitivos foram estabelecidos pelos deuses, e que por isso mesmo estão corretos. (PLATÃO, *Crátilo* p. 425c, 425d).

É interessante notar que a essa altura da discussão, chegam a confessar que os nomes, por mais que se tente relacioná-los com os seus respectivos objetos, não apresente um sentido satisfatório que leve a crer que determinado nome é de tal modo representante da realidade que possamos apreendê-lo só pelo nome, ou seja, toda a apologia feita a favor das supostas relações naturais que o nome possa ter com o objeto é enfraquecida pelos próprios interlocutores ao perceber a própria limitação a respeito desse entendimento. Diante dessas limitações, recorrem a recursos de escapatórias do tema:

Tudo isso não passaria de escapatórias, muito engenhosas, aliás, de quem não quisesse confessar a incapacidade própria para explicar a razão de ser dos nomes primitivos. O certo é que, seja qual for o motivo de desconhecermos o sentido exato desses nomes, impossível nos será também compreender os dos derivados, os quais forçosamente terão de ser explicados por aqueles, a respeito do que nada sabemos (PLATÃO, *Crátilo* p. 426a).

Caminhando para o fim do diálogo, Crátilo retorna e interage com Sócrates e Hermógenes, diante disso, todos concordam com a definição final de Sócrates: “A correta aplicação dos nomes, foi o que dissemos, consiste em mostrar como é constituída a coisa. Aceitaremos como suficiente essa definição?” (PLATÃO, *Crátilo*, p. 428e). Ao que Crátilo responde: “A mim, pelo menos, Sócrates, parece-me excelente” (PLATÃO, *Crátilo*, p. 428e). Nesse momento, concordam também com tudo o que foi posto por Sócrates a respeito do ofício de dar nomes e que esse ofício seria o do legislador, e que há diferenças entre legisladores, assim como há diferença entre as demais técnicas (PLATÃO, *Crátilo*). Platão, expõe a temática de maneira que as ideias contrárias, por meio do atrito, tentem chegar a uma posição conciliatória:

Dos três interlocutores que ele retrata, Crátilo sustenta que a língua espelha exatamente o mundo; Hermógenes defende a posição contrária, a de que a língua é arbitrária; e Sócrates representa a instância intermediária, ressaltando tanto os pontos fortes quanto as fraquezas dos argumentos dos outros dois e levando-os, por fim, a uma solução conciliatória. (WEEDWOOD, 2002, p. 25).

Após longa discussão, Sócrates e Crátilo chegam a uma conclusão a respeito dos nomes, pois entendem que mesmo que se busque o sentido das coisas nos nomes primitivos e por sua vez nas letras que compõem esses nomes, no fim das contas, tanto os nomes como as letras das quais são formados, precisam de um sentido que seja dado por alguém ou um povo (PLATÃO, *Crátilo*). Pois, diante da incapacidade de se representar a realidade das coisas tal como ela é, por meio dos nomes, fica a critério de quem deu o nome colocar-lhe o sentido desejado, seja no nome ou na letra que o compõe (PLATÃO, *Crátilo*).

Crá.: Sim, graças ao costume, meu caríssimo.

Sóc.: E por falar em costume, achas que disseste algo diferente de convenção? Para ti, costume não quer dizer que, quando eu pronuncio aquela palavra, imagino o que estou falando e tu reconheces que estou pensando justamente naquilo? Foi isso o que dissestes?

Crá.: Sim. (PLATÃO, *Crátilo*, p. 434e).

Segundo Pereira (2008, p. 3): “Liminarmente, Platão rejeita qualquer forma de idealismo, insinuada no e pelo convencionalismo que, prescindindo de uma real adequação do dizer a coisa ao que a coisa é, faz recair na linguagem todo o peso ontológico”. Por fim, a convenção seria o que baliza o significado dos nomes, o sentido que os nomes tem habita no que foi convencionalizado e não na semelhança com as coisas nomeadas, uma vez posto que seria isso impossível. Ainda que para Crátilo, o preferível fosse que os nomes fossem resultado de um processo de imitação do objeto (PLATÃO, *Crátilo*).

Soc Reduzindo-se para ti a justeza da aplicação dos nomes à pura convenção, uma vez que tanto servem para representar os objetos as letras semelhantes, desde que o hábito e a convenção as legitimam? Mas, ainda mesmo que o costume não seja convenção, não é certo dizer que a representação se firma na semelhança, mas no costume, pois, como parece, consegue representar tanto por meio do semelhante quanto do dessemelhante (PLATÃO, *Crátilo*. p. 435a)

2.2 ARISTÓTELES

Mais tarde, Aristóteles, vai desenvolver sua filosofia a respeito dos nomes em um contexto de decadência de Atenas, sendo assim, muito de sua filosofia será uma reação ao estado das coisas tal como se apresentavam (REZENDE, 2005). Aristóteles vai escrever sobre os mais diversos temas, e com relação à linguagem vai escrever sobre lógica e metafísica, é justamente nesses campos que a relação entre nome e coisa vai aparecer com maior ênfase. É na sua obra *Da Interpretação* que Aristóteles desenvolverá melhor o que pensava a respeito dos nomes e sua ligação com as coisas (WEEDWOOD, 2002).

Para saber a que um nome se refere quando se nomeia algo, é necessário entender como Aristóteles concebia um ser existente. Alguns conceitos vão ser desenvolvidos nos estudos aristotélicos, esses conceitos vão no sentido de descrever o máximo possível de um ser (CHAUÍ, 2016). Uma vez conhecidas as características de um ser, é possível saber a que parte do ser o nome se refere, a quais características dessas, essas características não podem ser entendidas apenas como aspecto físico, mas tudo o que engloba o ser. Para identificar esses dados dos seres, Aristóteles desenvolveu os seguintes conceitos metafísicos:

Matéria: é o elemento de que as coisas da natureza, os animais, os homens, os artefatos são feitos; sua principal característica é possuir virtualidades ou conter em si mesma possibilidades de transformação, isto é, de mudança;

Forma: é o que individualiza e determina uma matéria, fazendo existir as coisas ou os seres particulares; sua principal característica é ser aquilo que uma essência é;

Potência: é a virtualidade que está contida numa matéria e pode vir a existir se for atualizada por alguma causa; por exemplo, a criança é um adulto em potência ou em potencial; a semente é a árvore em potência ou em potencial;

Ato: é a atualização de uma matéria por uma forma e numa forma; o ato é a forma que atualizou uma potência contida na matéria. Por exemplo, a árvore é o ato da semente, o adulto é o ato da criança, a mesa é o ato da madeira, etc. (CHAUÍ, 2013, p. 185).

A matéria está para a potência assim como a forma está para o ato, esses conceitos serão importantes para mostrar como era a visão de Aristóteles a respeito do movimento das coisas, e, devido a esse movimento, os nomes vão sendo encaixados para melhor

descrever os objetos que, por sua vez, vão se atualizando no decorrer do tempo. Além dos conceitos acima listados, alguns outros foram formulados para melhor descrever as coisas: Essência, Acidente e Substância. A essência “é a unidade interna e indissolúvel entre uma matéria e uma forma” (CHAUÍ, 2016, p. 186). O acidente “é uma propriedade ou atributo que uma essência pode ter ou deixar de ter sem perder seu ser próprio” (CHAUÍ, 2016, p. 186) e a substância “é aquilo em que se encontram a matéria-potência, a forma-ato, onde estão os atributos essenciais e acidentais, sobre a qual agem as quatro causas; em suma, é o ser propriamente dito” (CHAUÍ, 2016, p. 186).

Toda essa discussão a respeito da essência das coisas gira em torno de como o homem abstrai conhecimento das coisas em volta, e a linguagem é o elemento discutido como forma de obtenção desse conhecimento. Dessa forma, “a história registrada da linguística ocidental começa com um confronto entre duas visões da língua(gem) fundamentalmente opostas” (WEEDWOOD, 2002, pp. 23-4). Essas visões a respeito da linguagem vão se perpetuar ao longo da história da filosofia da linguagem e algumas opiniões ora vão se encontrar, ora vão se opor, e algumas questões serão levantadas: “a língua(gem) como fonte de conhecimento e a língua(gem) como um simples meio de comunicação. A língua tem algum vínculo direto e essencial com a realidade, espiritual ou física, ou é puramente arbitrária?” (WEEDWOOD, 2002, p 24).

Como discípulo de Platão, muitos dos pensamentos de seu mestre vão se repetir em seus escritos; porém algumas divergências vão surgir, dentre elas, aquilo que será um divisor de águas não só para a filosofia antiga como para a história da filosofia ocidental. Enquanto Platão via as coisas ideais no mundo abstrato, Aristóteles recorre às questões empíricas por meio das quais se podia extrair o verdadeiro conhecimento a respeito da realidade (REZENDE, 2005). Os nomes, nesse caso, seriam dados com base em tudo o que observamos em volta e dentro dos conceitos aristotélicos do ser.

Por outro lado, os outros objetos não podem tampouco provir das ideias, em qualquer dos sentidos em que se entende ordinariamente essa expressão de. - Quanto a dizer que as ideias são os paradigmas e que as outras coisas participam delas, isso não passa do uso de palavras destituídas de sentido, e de metáforas poéticas. Onde então se trabalha com os olhos fixos nas ideias? Pode acontecer, com efeito, que algum ser exista e se torne semelhante a um outro. [...] Além disso, teríamos diversos paradigmas do mesmo ser e, por conseguinte, diversas ideias desse ser; por exemplo, para o homem teríamos o animal, o bípede, e ao mesmo tempo também o homem em si. Além do mais, as ideias não serão paradigmas apenas dos seres sensíveis, mas também das próprias ideias, e, por exemplo, o gênero enquanto gênero, será o paradigma das

espécies contidas nele: a mesma coisa será portanto, paradigma e imagem. E depois pareceria impossível que a substância fosse separada daquilo de que ela é substância. Como então as ideias, que são a substância das coisas, seriam separadas das coisas? (ARISTÓTELES, *apud* REZENDE, 2005, p. 71).

Dentro do universo aristotélico, todas as coisas funcionam em perfeita harmonia, ou seja, não haveria necessidade de um mundo ideal, mas a realidade seria antes de tudo física de onde se abstraem as ideias. Ou seja, Aristóteles não negava um mundo abstrato tal como pensava Platão, mas esse mundo, para Aristóteles, era gerado pelo mundo sensível, pelo mundo material através dos sentidos (REZENDE, 2005). Logo, a dicotomia mundo sensível x mundo inteligível seria descartada como uma separação do que seria perfeito ou não, mas a realidade das coisas podia ser extraída do próprio mundo sensível (CHAUÍ, 2013).

Cada vez que uma criança encontra um cão, por exemplo, ela nota o que existe de comum entre esse animal e outros cães. De modo que pode conseqüentemente reconhecer as coisas que tornam algo um cão. A criança então forma uma ideia do “aspecto canino” (ou “forma”, como dizia Aristóteles) que define um cão. A partir de nossa experiência do mundo, aprendemos quais as características compartilhadas que tornam as coisas aquilo que elas são. E a única maneira de experimentar o mundo é por meio dos sentidos. (BUCKINGHAM, *Et al.*, 2016, p. 59).

Enquanto que para Platão os nomes das coisas buscavam exprimir da melhor forma a coisa nomeada (PLATÃO, *Crátilo*), sendo que os nomes faziam parte do mundo sensível, embora apontasse para o mundo inteligível; para Aristóteles, os nomes traziam em si a essência das coisas, essência essa que foi acessada por meio da experimentação. A experimentação das diversas formas de seres e coisas geram ideias essenciais daquele ser ou coisa, o nome deve compor, pois, o conjunto de características daquela coisa, tanto as características materiais e formais quanto as características potenciais (BUCKINGHAM *et al.*, 2016). Assim, Aristóteles desenvolve o caminho por onde o conhecimento passava até ser totalmente abstraído, ele

delineou um processo em três etapas: os signos escritos representam os signos falados; os signos falados representam impressões (*pathemata*) na alma, e as impressões na alma são aparência das coisas reais. As impressões e as coisas, observa Aristóteles, são as mesmas para todos os homens, ao passo que diferem as palavras que representam as interpretações. (WEEDWOOD, 2002, p. 27)

O nome é a apropriação do ser nomeado, é através do nome que se busca acessar a realidade e assim obter conhecimento (REZENDE, 2005). Por isso, torna-se importante saber como Aristóteles enxergava o ser enquanto ser, e dessa forma, saber onde os nomes se encaixariam para descrever o ser. Aristóteles vai desenvolver uma ideia de que um ser só pode ser conhecido por meio de suas características essenciais, essas características recebem o nome de causas, e são quatro as causas que ele descreve:

Aristóteles enuncia, não uma, mas quatro causas ou razões em vista das quais se pode dizer que um ser é. São elas: a) a causa material: a matéria de que alguma coisa é feita e que, por si mesma, não possui nenhuma determinação, sendo pura disponibilidade; b) a forma ou quiddidade: isto que o ser é, ou ainda o conjunto de determinações que permitem identifica-lo ou defini-lo; c) o motor: o princípio do movimento ou causa eficiente, aquele que dá origem ao processo de constituição do ser; d) o fim a que se destina, e que coincide sempre com a própria perfeição do ser. (REZENDE, 2005, p.71)

Uma vez colocadas as causas do ser, percebe-se que, na concepção de Aristóteles, ele pode ser definido não apenas por suas características físicas ou comportamentais, mas também por suas razões de ser, dessa forma, os nomes que são atribuídos aos seres, devem carregar esse conjunto de características, encapsular a totalidade do ser, e dentre as dicotomias, anteriormente apresentadas, o conceito que guarda em si todas as nuances do ser é o conceito de substância (REZENDE, 2005). A substância, como o elemento encapsulador de todas as características do ser, é o que exprime o ser através do seu nome. Isso vai além de uma simples definição de um objeto, engloba matéria, ato, forma e até mesmo sua potência.

Mas, entre todas as acepções do Ser, é claro que o ser em sentido primeiro é o “isto que é a coisa”, noção que não exprime nada além da própria substância. Com efeito, quando dizemos de que qualidade é tal coisa determinada, dizemos que é boa ou má, mas não que tem três côvados, ou que é um homem: quando, ao contrário, exprimimos isto que ela é, não dizemos que é branca ou quente, nem que tem três côvados, mas que é um homem ou um deus. As outras coisas só são chamadas seres porque são ou quantidades do Ser propriamente dito, ou qualidades, ou outra afecção deste ser, ou alguma outra determinação deste gênero. (ARISTÓTELES, *apud* REZENDE, 2005, p.75)

Segundo Aristóteles, os seres carregam em si até mesmo a coisa enquanto atuante no mundo:

Também se poderia perguntar se o passear, o sentir-se bem, o estar sentado são ou não são seres; da mesma forma em qualquer outro caso análogo: pois nenhum desses estados tem por si mesmo naturalmente uma existência própria, nem pode ser separado da substância, mas se há aí alguma ser, será antes isto que passeia que é um ser, isto que está sentado, isto que se sente bem. E estas últimas coisas nos parecem muito mais seres, porque há sob cada uma delas um sujeito real e determinado: este sujeito é a Substância, é o indivíduo, que é certamente o que se manifesta em tal categoria, pois o bem ou o sentado nunca é dito sem ele. É, portanto, evidente que é por meio desta categoria que cada uma das outras categorias existe. Por conseguinte, o ser em sentido fundamental, não tal modo do Ser, mas o Ser falando em sentido absoluto, não poderia ser senão a substância. (ARISTÓTELES, *apud* REZENDE, 2005, p.71)

A substância do ser é, portanto, o que o distingue dos demais seres, o torna uma categoria à parte das demais categorias de seres. Dessa forma, para identificar se um ser pertence a uma determinada característica, “Aristóteles formulou uma sistemática de lógica que aplica cada espécime para determinar se ele pertence a certa categoria” (BUCKINGHAM *et al*, 2016). Essa forma sistemática é chamada de silogismo e consistia em um padrão de três proposições, sendo duas premissas e uma conclusão (BUCKINGHAM *et al*, 2016). Esse pensamento vai influenciar a filosofia no decorrer da história e será de grande importância para o desenvolvimento da filosofia da linguagem como um todo.

Ainda dentro dos estudos aristotélicos, alguns conceitos merecem atenção a respeito da linguagem. Segundo Dinucci (2009), há um conceito bem definido para Aristóteles que é o conceito de “Símbolo”, esse elemento estaria na relação entre os sons da voz e as modificações da alma. Esse autor explica que “no pensamento do estagirita não se trata mais do princípio da aderência total que liga a palavra ao ser, tão caro aos sofistas, a palavra em Aristóteles é dita símbolo de um estado psíquico, o que equivale a dizer que a relação da linguagem com o ser não é imediata” (DINUCCI, 2009, p. 8). Dessa forma, os nomes teriam uma relação com a coisa de maneira indireta, ou seja, por meio da representação mental da coisa.

Um outro conceito importante é o de validade. É interessante notar que, embora Aristóteles tenha definido os nomes como uma abstração das coisas, ele vai dizer que, justamente por isso, os nomes podem ser analisados quanto a sua validade ou não, ou seja, se os nomes em questão estão se referindo a algo existente no mundo real ou apenas

a algo fictício (DINUCCI, 2009). Sendo assim, todo o enunciado se constitui como uma espécie de engrenagem em que, a validade ou não do discurso por inteiro, vai depender das palavras das quais é composto.

Entretanto, a significação dos nomes não prejudica a existência ou a inexistência das coisas; não é juízo, pois faz abstração da existência ou inexistência da coisa significada (e precisamente por isso podemos significar o fictício): “Eu quero dizer que, por exemplo, a palavra homem significa alguma coisa, mas não [...] que ele é ou não é: não haverá afirmação ou negação se não se acrescentar outra coisa”. No *De Interpretatione*, Aristóteles define a verdade em termos de similitude: “Os discursos verdadeiros são semelhantes às próprias coisas”. Além disso, nem todo discurso significante é uma afirmação ou negação: apenas estas são capazes de ser verdadeiras e capazes de ser falsas, sendo verdadeiras quando revelarem conexões que existem realmente nas coisas e falsas no caso contrário. (DINUCCI, 2009, p. 10).

Aristóteles vai demonstrar, em sua argumentação, uma forma de pensar a linguagem mais ligada à biologia, ou seja, a condição para a linguagem ser de ordem física, orgânica (NEVES, 1981). É interessante notar que, embora, o ser humano possua capacidade para articular sons e com isso produzir uma linguagem, para Aristóteles, segundo Neves (1981): “Já registra que não há um órgão da fala, pois a produção da voz põe em ação órgãos já dotados de funções biológicas determinadas”.

O esquema aristotélico da linguagem, em conclusão, prevê um acesso à coisa do mundo por meio empírico, e a parte do ser que é acessada é justamente sua substância, esta uma vez acessada pelos sentidos, sua aparência é imprimida na alma, que por sua vez se tornam signos falados e finalizando nos signos escritos (WEEDWOOD, 2002). Mais tarde, alguns filósofos vão desenvolver a ideia de Aristóteles, tornando-a um pouco mais complexa:

Os estoicos (séculos III-II a.C.), e vários autores a seguir, preferiram acrescentar uma etapa entre a recepção passiva da impressão e a fala: o conceito, uma noção que pode ser verbalizada (grego: *lektón*; latim: *dicibile*). Assim, embora todos os homens possam receber as mesmas impressões das coisas que percebem, como sustentava Aristóteles, os conceitos que eles formam dessas impressões diferem, e são eles que estão representados na fala. (WEEDWOOD, 2002, p. 27).

3 MODERNIDADE

3.1 JONH LOCKE

No século XVII, o filósofo John Locke compreende que o ser humano apreende o conhecimento por meio dos sentidos, ou seja, de forma empírica. Juntamente com Berkeley e David Hume, são chamados de empiristas britânicos, pois acreditavam que o conhecimento provinha de forma direta ou indireta dos sentidos e da experiência do mundo (BUCKINGHAM *et al.*, 2016). “Iniciando-se com Locke, Condillac e os *philosophes* do Iluminismo francês, a questão da origem da língua e da natureza de sua relação com o pensamento foi motivo de muita reflexão.” (WEEDWOOD, 2002, pp. 100-1).

Nos escritos de Locke, diversos temas serão abordados, já o livro III, chamado “Das palavras”, será dedicado à linguagem e essa discussão vem desde o livro II chamado “Das ideias” (MOREIRA, 2016). As questões da linguagem são de grande importância para Locke, pois, elas estão diretamente relacionadas com a maneira como o conhecimento é apreendido (MOREIRA, 2016), ou seja, está dentro do debate em voga na época entre empirismo e racionalismo, e também, da ligação entre palavras e o mundo. Locke afirma:

Quando iniciei este discurso sobre o entendimento, e um bom tempo depois, não me passou pela cabeça que seria necessária qualquer consideração acerca das palavras. Mas, quando, depois de abordar a origem e a composição de nossas ideias, comecei a examinar a extensão e a certeza de nosso conhecimento, descobri uma ligação tão próxima com as palavras que, a menos que sua força e modo de significação fossem considerados desde o início, pouco poderia ser dito de forma clara e pertinente a respeito do conhecimento, o qual, tratando unicamente da verdade, está sempre encerrado às proposições. (LOCKE, III. ix. 21 *apud* MOREIRA, 2016, p. 2).

Lock vai se opor à ideia oposta, defendida por Leibniz e outros de sua época, ideia essa de que o conhecimento provinha de ideias inatas, pois ele acreditava que o conhecimento do homem não pode ir além de sua experiência (BUCKINGHAM *et al.*, 2016) ou do exame da atividade de nossa própria mente (REZENDE, 2005). É justamente com base nas ideias de experimentação que Lock vai apresentar a tese da indução, em que “...as leis científicas seriam fundamentalmente resultado de generalizações com base

na observação da repetição de fenômenos com características constantes” (REZENDE, 2016).

Muitas das vezes, Lock vai empregar em seus escritos a palavra “ideia”, no entanto, deve-se fazer a distinção entre o significado dessa palavra para Lock e os racionalistas, pois, segundo Azizi *et al.* (2021, p. 42), “Lock abre o Livro II afirmando que ‘ideia é o objeto do pensamento’ (II. i. 1). Ideia, o autor reconhece, é um termo bastante controverso, porém é o que, para ele, ‘melhor representa o que quer que seja o objeto do entendimento quando um homem pensa’”. Então se faz necessário, para um melhor entendimento sobre o pensamento de Locke, que se atente:

Para o uso ambíguo que Locke faz do termo quando define como “tudo aquilo que a mente percebe em si mesma, ou é objeto imediato da percepção, pensamento ou entendimento” (II.viii.8). Ideia seria interpretada como algo que se refere a dois fenômenos mentais distintos: percepção e concepção... (AZIZI *et al.*, 2021, p. 43).

Para Lock, haveria dois tipos de essência: a nominal e a real, sendo a primeira acessível pela apreensão humana e delimitada pela linguagem e a segunda diz respeito àquele aspecto da coisa que não se tem acesso, e dessa forma também, não poderia ser expressa na linguagem (MOREIRA, 2017). Desses conceitos irão surgir outros que abarcam os fatores que estão envolvidos na produção da linguagem (MOREIRA, 2017), ou seja, aspectos que devem ser considerados na constituição da linguagem.

Assim, ao defender a intradutibilidade, argumenta em favor de um novo método de investigação filosófica, que leva em consideração a particularidade do falante, a arbitrariedade na relação entre as palavras e as ideias e a impossibilidade de se acessar a realidade em sua totalidade. (MOREIRA, 2017, p. 6-7).

A linguagem dentro dessa concepção, seria resultado de um processo de abstração do que é experimentado pelos sentidos (REZENDE, 2016), os nomes seriam “cápsulas” do que foi abstraído nas ideias através da experiência sensível. Dessa forma, as ideias teriam um certo nível de precisão quando tenta retratar a realidade e essa precisão vai depender do quanto ela está associada e combinada com o objeto experimentado (REZENDE, 2016). É com base nesse processo que o conhecimento seria validado, ou seja, no processo de aproximação ou distanciamento das ideias em relação ao objeto no mundo. Para Carvalho,

Esse filósofo exemplifica a significação das palavras descrevendo uma criança que tenha visto o metal ouro. Primeiramente, a criança atribuiria o significado do ouro, [*sic*]à brilhante cor amarela, mas à medida que intensificasse a experiência com o material poderia associar ao metal, a ideia de grande peso, fusibilidade e maleabilidade. (CARVALHO, 2018, p. 2).

Ainda dentro da forma como a linguagem se desenvolve, Lock dá atenção aos termos que tentam expressar conceitos mais abstratos, pois, para ele, a criança faz a ligação entre nome e coisa por meio de conceitos já pré-estabelecidos pelos adultos, pois ela fica dependente deles para conhecer o mundo, ainda que, a criança tente fazer ligações nome-coisa pela observação e sagacidade (CARVALHO, 2018). O “real” da coisa, e isso leva de volta ao conceito de essência real (MOREIRA, 2017), fica comprometido, sobretudo quando se refere a conceitos sobre moral, fé, honra etc. (CARVALHO, 2018).

Para Locke, pois, o conhecimento teria vindo de duas fontes, essas fontes seriam tanto a sensação como a reflexão (MOREIRA, 2017). Sendo que, a experiência se constituiria como porta de entrada do conhecimento e uma vez que foi captado pelos sentidos, começa a reflexão sobre isso, essa reflexão é o que torna a ideia gerada pela experiência, em algo mais complexo e abstrato. Nesse caso, a linguagem ocorre na abstração, na reflexão, ou seja, “a linguagem, vista sob esse prisma, ocorreria num segundo momento”:

Somente no terceiro livro Locke enfatizou que até mesmo as designações de conceitos abstratos possuíam originalmente um significado sensorial e que a referência original dessas palavras a coisas concretas seria mais outra indicação de que todos os objetos do pensamento se originaram nos sentidos. (RICKEN, 2002, p.71 *apud* MOREIRA, 2017, p. 45).

Sem experiência não poderia ser gerada a ideia e sem a ideia não poderia ser gerada a linguagem. Entendendo a linguagem como um processo pelo qual o ser humano apreende o mundo em sua volta, dentro do empirismo de Locke, a linguagem só poderá ser desenvolvida à medida em que vai sintetizando a realidade externa por meio da experimentação, e ao mesmo tempo em que experimenta, vai validando o conhecimento adquirido (REZENDE, 2016). Os nomes que damos às coisas, dentro da visão empirista, é uma apreensão da realidade, tanto interna quanto externa, unicamente pelo método da experimentação.

Todo homem tem consciência de que pensa e de que, quando está pensando, sua mente se ocupa de ideias que tem de si. É indubitável que os homens têm em suas mentes várias ideias, que podem ser expressas pelos termos – brancura, dureza, doçura, pensamento, movimento, homem, elefante, exército, embriaguez e outros. Deve-se examinar, então, em primeiro lugar, como ele as apreende. Sei que é aceita a doutrina segundo a qual os homens têm ideias inatas e caracteres originais impressos em suas mentes desde o início. Já examinei, em linha gerais, essa opinião, e suponho que o que já disse no livro anterior será muito mais facilmente admitido quando tiver mostrado como o entendimento obtém todas as ideias que possui, e de que modo e graus elas penetram na mente, e para tal farei apelo à observação e experiência de cada um. (LOCKE, Livro II, cap 1, *apud* REZENDE, 2005, p.119)

Foi visto anteriormente, na concepção aristotélica, que a substância seria o “local” onde estão contidas todas as nuances de um ser existente, essa substância sofreria modificações na medida em que uma potência vira ato e assim o ciclo recomeça. (Aristóteles, *apud* Rezende, 2005). Para o empirismo inglês, a própria identidade individual da consciência sofre modificações, uma vez que, essa identidade é fruto dos conteúdos mentais gerados pela experiência, e se a experiência muda no decorrer do tempo, haverá de mudar também os conteúdos mentais que por sua vez modificará a identidade individual. (REZENDE, 2005).

Em suma, a concepção de John Locke, e também dos empiristas, é de que nossa mente não possui qualquer conteúdo inato, e que desde a geração do bebê no ventre da mãe, vamos tendo experiências com o meio, que por sua vez gera em nós uma teoria, uma ideia (BUCKINGHAM *et al*, 2016), essa ideia vai ser expressa pela linguagem e quanto mais complexa for a abstração que vamos realizando das coisas no mundo, mais complexa será a linguagem. Daí surge a teoria da tábula rasa:

Locke acreditava que a mente humana, no nascimento, é como uma tela em branco, ou tábula rasa. Segundo ele, todo o conhecimento sobre o mundo só pode vir de nossa experiência, transmitido a nós pelos sentidos. Podemos, então, racionalizar esse conhecimento para formular novas ideias. (BUCKINGHAM, *Et al.*, 2016, p. 132)

3.2 GOTTFRIED LEIBNIZ

Leibniz vai propor uma nova forma de se utilizarem símbolos por meio da linguagem, a fim de servir a um propósito científico e lógico, dessa forma, ele trará argumentos para uma nova linguagem que influenciará outros pensadores mais à frente no tempo, pensadores estes que vão mais ou menos se aproximar de sua ideia principal a respeito da linguagem e sua relação com o objeto. Ele vai designar essa linguagem como “*characteristica universalis*: um sistema de signos apto a se apresentar como uma linguagem universal e adequada às exigências específicas da ciência no que diz respeito a seu exercício e avanço.” (MOREIRA, 2005, p. 6).

Leibniz dedicará parte de seus escritos à elaboração de uma ideia a respeito da confecção de uma linguagem universal e a “...primeira proposta de Leibniz em relação à constituição de uma Linguagem universal está contida na obra *Dissertatio De Arte Combinatoria*.” (FRANZON, 2015, p. 109) e só mais tarde irá escrever mais profundamente sobre o tema com sua *characteristica universalis*. A ideia de uma linguagem universal irá permear diversos pensadores anteriores e contemporâneos a Leibniz, “especialmente a partir de 1641, ocorrem muitas publicações sobre este tema” (FRANZON, 2015, p.106). Os planos de fazer uma linguagem universal seriam para reparar possíveis problemas de comunicação entre diversas linguagens e também para resolver questões relacionados ao acesso ao conhecimento do mundo em volta, ou seja:

Em todos os casos, o ponto de partida para a invenção de tal língua ora é a consciência dos limites das línguas existentes, a que se atribui a responsabilidade pelas dificuldades de comunicação e outras imperfeições discursivas, ora é o desejo de se ter uma linguagem que comunique perfeitamente o pensamento, motivos pelos quais todo o projeto da criação de uma Linguagem universal se apresenta como forma de superação de defeitos. (FRANZON, 2015, p. 106).

Apesar de Leibniz pertencer a um conjunto de defensores de uma linguagem universal, ele elabora seu próprio plano e com isso se diferencia dos anteriores, segundo Franzon (2015, p.108): “...é possível estipular dois grandes objetivos em Leibniz, relativos aos seus estudos em Linguagem universal, quais sejam: o de compreender e aperfeiçoar as línguas naturais e o de construir uma nova linguagem”. Foi também o primeiro a propor isso para servir de instrumento de uma área específica dentro da lógica (MOREIRA, 2005). Em comparação aos objetivos dos outros pensadores:

Leibniz tinha em mente algo totalmente diferente. Seu objetivo era elaborar uma linguagem capaz de representar a estrutura do raciocínio de maneira a servir como instrumento de formalização e teste de validade de argumentos. Melhor dizendo, o que ele pretendia era constituir um sistema simbólico que pudesse se apresentar como uma sintaxe, cuja função precípua seria servir como instrumento de estruturação e formalização dos raciocínios. (MOREIRA, 2005, p. 6)

Dentro do debate entre racionalistas e empiristas, Leibniz vai trazer um raciocínio que, de certa forma, vai unir elementos das duas correntes filosóficas, apesar de ele ser considerado um racionalista. Esse novo raciocínio gira em torno da distinção que ele faz entre verdades de razão e verdades de fato, esses dois conceitos se referem a como acessamos o conhecimento das coisas:

Sua alegação, revelada em sua obra famosa, *A monadologia*, é que, em princípio, todo o conhecimento pode ser acessado pela reflexão racional. No entanto, devido a deficiências de suas faculdades racionais, os seres humanos também devem contar com a experiência como meio de aquisição de conhecimento. (BUCKINGHAM *et al.*, 2016, p. 132).

Os escritos de John Locke a respeito do processo de obtenção do conhecimento vão estimular Leibniz a escrever algo com esse argumento também, obviamente, dando um outro entendimento sobre a questão (BUCKINGHAM *et al.*, 2016). É nesse campo que, então, ele irá traçar uma linha de reflexão filosófica que estabeleça por qual ou quais meios as palavras se ligariam ao mundo objetivo (CANUTO, 2014). Para Locke, essa ligação entre palavras e mundo se dá de outra maneira, como exposto anteriormente, pois em sua teoria:

visa rejeitar conceitos em voga no séc. XVII, especialmente o inatismo, advogando em favor do argumento de que o entendimento é adquirido por meio da experiência sensorial, sendo esta particular a cada indivíduo. Nesse sentido, a forma como as ideias são apreendidas na mente de cada indivíduo é também particular; a linguagem, portanto, é vista pelo autor como o instrumento responsável por socializar essas ideias particulares e permitir a comunicação. (MOREIRA, 2017, p. 6).

É interessante pontuar também, seus embates com os empiristas, uma vez que, Leibniz defendia um processo de apreensão do conhecimento racionalista, ou seja, para ele “as ideias inatas são o único modo claro por meio do qual podemos adquirir conhecimento sem base em experiência sensorial e que Locke estava errado em negar sua possibilidade” (BUCKINGHAM, *et al.*, 2016). No entanto, como foi visto anteriormente,

Leibniz vai tratar do tema com um certo equilíbrio entre as duas vertentes. Para ele, “toda coisa no mundo tem uma noção distinta” (BUCKINGHAM, *et al.*, 2016), essa noção possui tudo que se pode conhecer contida nela, até mesmo as conexões que uma coisa tem com outras coisas, sendo assim, pode-se analisar essas conexões por meio da reflexão racional, nesse ponto é que surge uma bifurcação na análise, de um lado, quando uma análise é finita, pode-se alcançar a verdade final e isso é o que será chamado de verdades de razão. (BUCKINGHAM *et al.*, 2016); por outro lado, quando se tem uma análise infinita, a verdade final não poderá ser alcançada pela razão, apenas pela experiência, e aí temos o que é chamado de verdades de fato (BUCKINGHAM *et al.*, 2016).

A ideia de uma linguagem universal vai permear outros pensadores e será partilhada com Gottlob Frege quando este propõe uma linguagem, ainda que não de forma universal como Leibniz, que sirva para melhor descrever a natureza do objeto no que diz respeito à matemática e à lógica. (MOREIRA, 2005, p. 6). Segundo Pombo (1997), até o século XVII, a relação entre a linguagem e as coisas era entendida como algo mais ligado ao mundo, ou seja, era uma relação de analogias e afinidades. Já nesse mesmo século, será rompido o pensamento de uma relação interdependente entre linguagem e mundo. Sendo assim:

“Face a essa grande ruptura, a linguagem emancipa-se do reino das coisas para se constituir na esfera da representação, como actividade humana de comparação e análise. Doravante, às palavras caberá, tanto quanto puderem significar, traduzir, referir uma verdade de que foram irremediavelmente afastadas[...] Leibniz está justamente nesse ponto simultaneamente frágil e denso, nesse momento imponderável em que as palavras perdem a sua relação com as coisas. Ele ocupa aí um lugar esplendoroso. Único. Singular. De uma imensa sabedoria em relação ao passado e de uma compreensão avassaladora em direcção ao futuro.” (POMBO, 1997, p. 2-3).

Para Leibniz, a linguagem constitui algo de extrema importância para o raciocínio lógico e matemático, ele descreve que os objetos do mundo real são acessados por meio de conteúdos mentais que por sua vez são representados pela linguagem, desse modo: “Se a linguagem é o que viabiliza o raciocínio, então uma linguagem adequada a seu objeto, que reflita com exatidão a estrutura deste, faz-se um instrumento de importância inestimável para a investigação e o progresso da ciência” (MOREIRA, 2005, p.7). E ainda sobre a ligação entre a linguagem e as coisas, para Leibniz, a confecção de uma

língua artificial teria uma função de modo que “acrescente ao poder do intelecto tanto quanto os microscópios e o telescópio acrescentam ao poder do olho, ou mais ainda, uma vez que a mente é mais nobre que o olho...” (LEIBNIZ, 1982, p.198 *apud* FARIA, 2016, p. 262):

Isto posto, a invenção da linguagem aparece como principal instrumento para acessar a natureza dos objetos, em primeiro lugar porque o intelecto humano não é capaz de seguir o progresso de raciocínios muito complexos sem se servir de sinais que substituam as coisas e os conceitos correspondentes. (FARIA, 2016, p. 263).

Leibniz também vai dar atenção à investigação pelas origens das línguas e discordará da ideia de que todas as línguas poderiam ter vindo do hebraico tal como se apresentava. Segundo Canuto¹, “Não encampa nosso filósofo uma campanha pelo monogenismo linguístico, mas tentará mudar o berço das línguas, oferecendo-lhe outra genealogia”. É baseado nisso, que haveria, segundo sua concepção, como rastrear também a origem das nações. “O filósofo acredita na tese de uma língua original, primitiva e comum a todos os povos” (SEVERO, 2006, p.271). São nesses estudos sobre as origens da linguagem que Leibniz vai desenvolver melhor o seu pensamento a respeito da relação entre linguagem e as coisas:

Resumindo, Leibniz diferencia as idéias das palavras, sendo que as primeiras existem, originalmente, na mente, e as segundas possuem uma estrutura material. O significado parece estar associado às idéias e, portanto, estaria também na mente, porém, desvinculado da palavra. Assim como é possível ter idéia sem palavra, da mesma forma é possível o significado sem a palavra, e vice-versa. As palavras não parecem estar na mente do indivíduo, como está o significado. O filósofo atribui ao sentido um local na mente, sem vínculo necessário com a palavra, e, além disso, talvez se possa supor que o significado seja anterior à palavra – esta serve para “assinalar” as idéias. (SEVERO, 2006, p. 271).

¹ CANUTO, Húbson. **Leibniz: As Línguas e as Nações**, no prelo

3.3 ROUSSEAU

Jean Jacque Rousseau analisará a linguagem dentro de uma concepção naturalista do ser humano, uma vez que, em seu pensamento, Rousseau via o ser humano corrompido pela sociedade e pela civilização e que em seu estado natural possuía em si a capacidade da linguagem (BUCKINGHAM *et al*, 2016). Dentro dessa concepção, a linguagem surge como algo inerente ao ser humano que possui em si a necessidade de se comunicar desde o seu estado de natureza.

Ainda sobre a importância da linguagem, Rousseau considera que a linguagem nasce de uma profunda necessidade de comunicação: “Desde que um homem foi reconhecido por outro como um ser sensível, pensante e semelhante a si próprio, o desejo e a necessidade de comunicar-lhe seus sentimentos e pensamentos fizeram-no buscar meios para isto”. E foi por meio de gestos e vozes que nasceu a linguagem. (CHAUÍ, 2016, p.155)

A linguagem seria anterior à própria civilização, pois os homens, dentro da necessidade de interação por meio da comunicação, vão exprimir todo tipo de linguagem que não somente a verbal (UBALDO, 2005). Rousseau vai propor a ideia de uma língua simples e natural que vai se tornando complexa no decorrer do tempo e todo esse processo passa pelos sentidos, pelos quais o homem se apropria das coisas:

Tais meios só podem provir dos sentidos, pois estes constituem os únicos instrumentos pelos quais um homem pode agir sobre o outro. Aí está, pois, a instituição dos sinais sensíveis para exprimir o pensamento. Os inventores da linguagem não desenvolveram esse raciocínio, mas o instinto sugeriu-lhes a consequência. (ROUSSEAU, 1999, p. 259)

A linguagem, como algo natural, vai aparecer no homem como aparecem outras habilidades naturais, sendo ela inata, basta surgir a necessidade de usá-la que assim acontecerá. Dentro da concepção naturalista da linguagem, os meios de comunicação podem surgir não somente por via oral, pois, segundo Rousseau (1999, p. 260): “limitam-se a dois os meios gerais por via dos quais podemos agir sobre os sentidos de outrem: o movimento e a voz”.

Sendo assim, os gestos são um meio de comunicação e com isso constitui uma forma de linguagem. Rousseau acreditava que a linguagem surge assim, de forma bastante gestual e gradativamente passa para um maior uso da oralidade, com base nisso, ele

acreditava que quando falamos gesticulando é resquício de uma linguagem anterior que tivemos no passado. Dessa forma, Rousseau acredita em uma linguagem pré civilização, pois:

O caminho traçado por Rousseau vai da fala à sociedade e não o contrário, pois a invenção da linguagem – momento inaugural da vida social – não pressupõe nenhuma forma anterior de sociabilidade que possa explicar o seu nascimento. Todavia, essa anteposição não implica na adoção de uma tese sobre a presença a priori da linguagem, pois – diferente do grito natural – ela não existiu desde sempre na natureza, ainda que tenha nascido de causas naturais... (FALABRETTI, 2011, p. 148).

Rousseau vai encontrar, nos gestos de pessoas que ele observou, sinais dessa língua anterior, pois mesmo após o desenvolvimento da oralidade, os gestos continuam sendo parte integrante da linguagem. Tanto os gestos como a oralidade constituem processos de linguagem natural (ROUSSEAU, 1999), e quando os nomes são dados às coisas é com o intuito principal da comunicação. Dentro desse processo de desenvolvimento da linguagem, haverá também o surgimento dos símbolos como língua escrita, partindo assim de uma linguagem gestual, indo para os símbolos e depois para a oralidade, sendo esta última mais complexa.

Apesar de serem a linguagem do gesto e a da voz igualmente naturais, a primeira, todavia, parece mais fácil e depende menos de convenções, porquanto um maior número de objetos impressiona antes nossos olhos do que nossos ouvidos, e as figuras apresentam maior variedade do que os sons, mostrando-se também mais expressivas e dizendo mais em menos tempo. (ROUSSEAU, 1999, p. 260)

Apesar de a língua oral/gramatical ser mais complexa e ter vindo depois, de maneira nenhuma se constitui como a “melhor” maneira de se exprimir algo, pois Rousseau, vai declarar que a linguagem simbólica constitui um meio de expressão mais feliz quando se fala em retratar a realidade (ROUSSEAU, 1999). Dessa forma, a linguagem simbólica se aproxima do conceito de imitação da realidade, assim como os gestos, o apelo visual tem mais eficácia na hora da comunicação do que o apelo sonoro. Sendo assim, para ele “o olhar é mais eloquente e verídico do que as palavras, desvela a alma daquele que olha, vara até a profundidade da alma daquele que é olhado.” (HUISMAN, 2004, p. 840). Nesse processo da linguagem, Rousseau vai declarar:

Depois que aprendemos a gesticular, esquecemo-nos da arte das pantomimas, pelo mesmo motivo por que, possuindo muitas belas gramáticas, não entendemos mais os símbolos dos egípcios. O que os antigos diziam com maior vigor não exprimiam com palavras, mas com sinais. Não diziam, mostravam-no! (ROUSSEAU, 1999, p. 260)

Para fundamentar sua ideia, Rousseau vai analisar tanto as linguagens simbólicas dos egípcios, como os gestos italianos e provençais e compará-los com a linguagem gramatical, e conclui que “a linguagem mais expressiva é aquela em que o sinal diz tudo antes que se fale.” (ROUSSEAU, 1999, p. 260). Como exemplo do poder que o símbolo pode ter acima das demais formas de linguagem, Rousseau apresenta a história bíblica do levita, que tendo sua concubina violentada e morta pelos benjamitas, ao invés de enviar uma simples carta às outras tribos de Israel denunciando isso, esquartejou o corpo da mulher em doze partes, as quais enviou para as doze tribos de Israel como meio de comunicação e denúncia do que havia acontecido; após isso, todas as tribos se reuniram e houve guerra de onze tribos contra uma. Rousseau acredita que o que levou o levita a ter sucesso em seu comunicado foi justamente mostrar o símbolo, no caso as partes do corpo da mulher, para comunicar a violência. (ROUSSEAU, 1999).

Sendo assim, a linguagem original, natural do homem, “é inarticulada, eivada de sentimento, energia, transparência, melodia e paixão” (BECKER, 2008, p.209). Ou seja, nessa linguagem, não há tanta abstração de ideias, apenas funcionava como prolongamento do físico. Essa linguagem original, foi sendo deixada de lado à medida que as línguas foram se desenvolvendo no interior do convívio humano, no processo civilizatório (BECKER, 2008). Percebe-se então uma ideia de evolução da linguagem de uma forma mais simples para algo mais complexo:

Como podemos perceber, o “natural para Rousseau está ligado sempre à simplicidade, aos sons inarticulados, imitativos da fauna de cada região, por isso, ‘figurado’, impreciso e acentuado. Enquanto que a articulação será símbolo da convenção, do raciocínio e do artifício. Artifício e raciocínio, que em seu entender, não podem ter lugar nos primórdios da linguagem... (BECKER, 2008, p. 2015).

A linguagem para Rousseau está totalmente ligada à natureza humana e reflete essa natureza, logo: “ele não busca organizar conceitos abstratos como a maior parte dos filósofos, mas conhecer e compreender o homem” (HUISMAN, 2004, p.840). É interessante observar que, embora a linguagem vá se desenvolvendo e ficando mais

complexa, para Rousseau, isso não significa que é algo bom, pois, para ele, “quanto mais nos aplicamos a aperfeiçoar a gramática e a lógica, mas se acelera esse processo” de transformação de uma língua mais forte em uma mais clara (REALE e ANTISSERI, 1990, 762). Assim, com a corrupção do homem no processo civilizatório, “a linguagem então, vai perdendo sua transparência e seu sentimento e segue o curso da civilização, ou seja, corrompe-se com o decorrer do tempo” (BECKER, 2008, p. 224). O filósofo entende essa corrupção da linguagem como um processo de má utilização dessa ferramenta:

O próprio homem, a partir do momento em que passa a adquirir novas ideias e desenvolver novas paixões, e, na medida em que suas necessidades se modificam, utiliza-se da linguagem a fim de convencer seus semelhantes a agirem de forma a lhe favorecer. A linguagem, que a princípio era utilizada para comunicar sentimentos e aproximar os indivíduos, torna-se com o passar do tempo instrumento de dominação e engodo. (Becker, 2008, p. 224-5)

A linguagem, em seu surgimento, formava uma amálgama entre língua e música, sendo essa uma característica muito importante dentro da teoria de Rousseau (JÚNIOR, 2019). Sendo assim, a palavra que surgia entre as interações humanas, não apresentava qualquer distinção entre música, poesia e discurso, tudo formava “um todo original” (JÚNIOR, 2019). Esses elementos constitutivos da linguagem original, seriam aos poucos separados em fala e canto:

Se separaram no desenrolar de um processo de degeneração em razão das aquisições técnicas (as articulações, a escrita e a harmonia) e dos progressos históricos, econômicos, políticos e sociais. Estes desenvolvimentos tornaram a música independente das palavras, excluíram “da língua aquele tom vivo e apaixonado que a princípio a tornara tão cantante”, de modo a fazer a melodia desvincular-se do discurso e insensivelmente tomar “uma existência à parte” [...]. Língua e música pouco a pouco se tornaram complicadas e degradadas, as vozes ficaram monótonas e os acentos desapareceram, acarretando a perda da expressividade no campo musical. (JÚNIOR, 2019, p. 42).

Resumindo, para Rousseau, “o que é original e primitivo é também genuíno, poético e vital; ao contrário, o que é artificial, produto da evolução cultural e civil, é frio, racional e degenerado, morto.” (UBALDO, 2005, p. 315). As emoções seriam mais importantes que a utilidade social no desenvolvimento da linguagem, e é justamente por isso que a primeira linguagem “era, portanto, poética, expressiva, ligada aos estados de ânimo” (UBALDO, 2005, p. 315). Com o aumento da complexidade social, a linguagem foi se tornando “fria e monótona” (UBALDO, 2005, p.315), e com isso, segundo

Rousseau, na linguagem em todo esse processo “ganhou-se em clareza, mas perdeu-se em poesia” (UBALDO, 2005, p. 315).

3.4 DERRIDA

A obra que marcará a filosofia da linguagem em Derrida é a Gramatologia, texto esses que apresentará entre outras coisas, observações a respeito da filosofia de Rousseau (NETO, 2011). Para conceber a escritura como algo não derivado, tal como o autor anterior, é necessário abandonar a ideia de uma “linguagem natural” e “teríamos que imaginar uma ‘arquiescritura’ da qual a linguagem seria produto...” (NETO, 2011, p. 85). A linguagem teria como característica ser algo necessário e não natural que foi criada como suplemento, “contraposta ao mito do *logos* e da presença plena da qual a escritura seria pura *corrupção*” (NETO, 2011, p. 85). Uma vez que Rousseau coloca a linguagem como tendo sua origem na fala, Derrida se lhe opõe colocando a escritura como origem:

A essa premissa Derrida opõe a idéia de que é a escritura, e não a fala, que é originária, porém em um sentido totalmente distinto daquele em que se apóia a noção de origem dentro da metafísica tradicional. Assim, sua tese não tem um sentido empírico-historiográfico, trabalhando, antes, no nível daquilo que é pressuposto no âmbito empírico, ou seja, o que é escritura. (NETO, 2011, p. 82).

Os próprios conceitos a respeito da linguagem e seus derivados são colocados por Derrida como conceitos que estão circunscritos dentro de parâmetros já estabelecidos pelo contexto em que são criados e estudados (DARDEAU, 2011). A evolução dos estudos linguísticos na história vai configurar o que se entende até então a respeito das estruturas da linguagem, ao ponto de que qualquer reflexão que se faça a respeito fique submetida ao domínio do contexto, ou seja, no contexto em que a linguagem tem sido estudada, há uma prevalência ao fonocentrismo em detrimento ao logocentrismo:

É assim que Derrida reconhece, no conceito tradicional de linguagem, um rebaixamento da escritura em relação à fala ao longo de todo o pensamento ocidental. A escritura estaria, até então, no domínio do derivado, do restrito, seria mera extensão ou simples apêndice da linguagem. Segundo o filósofo, esse rebaixamento fundamenta-se na própria lógica do pensamento metafísico que, por sua vez, sempre afirmou uma relação intrínseca, ou uma quase sinonímia, entre *logos* e *phonè*. (DARDEAU, 2011, p. 56).

Derrida vai se debruçar sobre a linguagem como problema filosófico, dentro da chamada filosofia “desconstrucionista” ele propõe que não há nada fora do texto, “Derrida quer chamar atenção para o fato de que os próprios discursos já comportam em si a sua própria desconstrução” (DARDEAU, 2011, p. 56). Ainda na esteira de outros movimentos filosóficos, Derrida formulará seus próprios pensamentos a respeito da linguagem e sua relação com a realidade das coisas. “Derrida mergulhou de cabeça na filosofia existencialista niilista de Sartre” (STRATHENRN, 2002, p. 06). Foi em pensamentos como os de Sartre que se estabelecerá um ambiente para seu próprio pensamento desconstrucionista:

Sartre pregava a ‘existência antes da essência’. Dizia não haver nada como uma humanidade essencial. Nossa subjetividade não nos era atribuída: nós mesmos a construíamos como nossas ações. O modo como escolhemos viver nos transforma no que somos. (STRATHENRN, 2002, p. 06).

Assim como Sartre, outros filósofos entraram nesse grupo de influenciadores da filosofia de Derrida: Husserl e Heidegger (NETO, 2011). Para esses pensadores, a consciência toma um papel muito importante na interpretação dos dados extraídos da realidade (STRATHENRN, 2002). Assim se estabelece a chamada fenomenologia a que Derrida terá acesso e com a soma desses pensamentos são colocados os fundamentos da desconstrução, cada vez mais distante de algo objetivo e concreto para algo mais intuitivo e duvidoso. A fenomenologia:

insistia que nossa consciência fundamental residia além do alcance da comprovação racional ou científica, sendo acessível só à intuição. Somente por meio dela chegamos aos problemas centrais da vida, da própria existência. A base de todos o nosso conhecimento, por assim dizer, está muito além da razão e da ciência: o saber é baseado na consciência (STRATHENRN, 2002, p. 6-7).

A desconfiança tomará conta do pensamento de Derrida, desconfiança essa no que tange o modo como apreendemos o mundo em volta, será de tal forma que se colocaria em dúvida até mesmo a intuição e meios científicos para análise da realidade. A reflexão que se faz baseada em Husserl é a de que “se a base de todo o conhecimento está além da

razão e da ciência, como alguém poderia saber a verdade sobre algo que não se baseasse em sua própria intuição?” (STRATHENRN, 2002, p. 07).

A discussão que é gerada dentro dessas reflexões é se o conhecimento já está posto “fora” e é simplesmente apreendida pela intuição por meio da ciência, ou seja, apenas descoberta e não criada. Na ideia de Husserl, a geometria é um exemplo de algo que já estava pronta e aguardando ser descoberta, os primeiros indivíduos observaram as formas, linhas, distâncias e pontos e tudo isso mais tarde se tornariam a base para traçar as relações lógicas que envolviam esses elementos e então, sendo construída assim o objeto científico. (STRATHENRN, 2002). Derrida, apontará dificuldades nesses argumentos, colocará em dúvida a própria filosofia por trás do suposto conhecimento pré-pronto da geometria:

De acordo com Derrida, Husserl via a geometria como uma forma perfeita de conhecimento, que existia em um domínio de verdade atemporal. Era incontestável e permanecia verdadeira sem levar em consideração a apreensão ou intuição humanas. Para Derrida, qualquer intuição pré-histórica possível era irrelevante para a maneira como a geometria passara a ser considerada na história, como o paradigma para toda verdade científica e filosófica. Isso era uma verdade ideal, além do domínio da argumentação. Derrida contestou essa concepção. Mesmo que os conceitos básicos dessa verdade tivessem sido historicamente (ou pré-historicamente) intuídos, a verdade, por si mesma, não era fundada na experiência vivida. Segundo Husserl, ela já existia “lá fora”, esperando ser descoberta. Portanto, essa verdade não poderia se basear na experiência vivida. (STRATHENRN, 2002, p. 07).

Derrida propõe um pensamento reflexivo, um pensamento sobre o próprio pensamento, o que faz com que até mesmo o que é dito por ele possa ser colocado em dúvida (STRATHENRN, 2002). Dessa forma, estamos presos dentro de nossos próprios limites de sentido, raciocínio e intuição, logo toda a ciência e filosofia estão contidos dentro desses muros e com isso não se teria certeza do que realmente está “lá fora”. (STRATHENRN, 2002).

Na verdade, ainda que aceitemos que não existe verdade absoluta, paradoxal e impetuosamente opomo-nos a qualquer tentativa de minar essas verdades “não-absolutas” por outro modo que não a refutação científica (isto é, experimentação, experiência). A verdade pode ser relativa em termos de status absoluto, mas tratá-la como relativa é outra questão. (STRATHENRN, 2002, p. 10).

O papel da linguagem dentro do pensamento de Derrida é de uma centralidade sem reservas, ou seja, ela se torna o que realmente importa quando se coloca questões metafísicas e aquisição de conhecimento. Esse raciocínio vai de encontro ao que até então foi pensado por empiristas e racionalistas, uma vez que tanto os sentidos como o próprio pensamento são postos em desconfiança, sendo a linguagem derivada desses processos físicos e mentais, ela própria está contida nos limites do ser, pois “o escritor, na maioria das vezes, está desatento para esse fato. A própria linguagem que utiliza, inevitavelmente, distorce o que ele pensa e escreve.” (STRATHENRN, 2002, p. 11). Até mesmo dentro do argumento de Descartes a respeito do que seria considerado absoluto (STRATHENRN, 2002), Derrida vai encontrar questionamentos:

Mas, por fim, Descartes descobriu que havia uma coisa da qual não poderia duvidar. Essa era a certeza definitiva: Cogito ergo sum (Penso, logo existo). Não importava como ele estava sendo enganado pelo mundo, a única coisa de que não poderia duvidar era de que estava pensando. Derrida discordou. Em termos básicos, assegurou que Descartes continuava à mercê da linguagem que utilizava. Era impossível para ele sair “fora” da linguagem na qual pensava — com todas suas pressuposições obscuras e sua estrutura que restringiam e distorciam o pensamento. Sua própria dinâmica e metodologia eram capazes de conduzir seu pensamento ao erro muito mais do que quaisquer enganos de percepção. Tais limitações eram “herdadas na essência e no próprio projeto da língua e de toda linguagem em geral”. (STRATHENRN, 2002, p. 11).

A máxima “penso, logo existo” que seria uma demonstração de como haveria uma realidade fora, uma certeza concreta, para Derrida é uma demonstração de que Descartes estava apenas condicionado à linguagem da qual fazia parte, ou seja, ele foi conduzido pela gramatologia própria de sua língua a criar uma relação de causa e efeito ente pensamento e existência. (STRATHENRN, 2002). Indo na esteira da filosofia analítica, Derrida coloca a linguagem como central nos estudos filosóficos e investigará como a relação entre nome e coisa é entendida pelos filósofos e questionará essas concepções:

Porém, Derrida foi além. Argumentou que a filosofia, anteriormente, havia se equivocado ao procurar pela verdade essencial que estava, de alguma maneira, contida na “essência das coisas”. Ao contrário, deveria ter se concentrado na linguagem que utiliza. Isso não apresenta qualquer equivalência essencial com os objetos ou até com os conceitos que ela nomeia e descreve. Não é dessa forma que a linguagem atinge o significado. Tudo que encontramos na linguagem é um sistema de diferenças, e o significado, simplesmente, emerge dessas diferenças. (STRATHENRN, 2002, p. 12).

4 CONTEMPORANEIDADE

Desde a antiguidade, a filosofia trabalha com problemas relativos à linguagem, mas é na era contemporânea, sobretudo no século XX, que a chamada filosofia analítica da linguagem, vai colocar esse tema como central em suas preocupações (ARAÚJO, 2010). Diversos autores vão dar início a esse modo de fazer filosofia, dentre eles, aquele que ficou conhecido como o iniciador dessa corrente, Gottlob Frege e depois “Wittgenstein deu um novo rumo à filosofia no século XX. Seus pensamentos revelaram que a linguagem, até então vista de forma subsidiária pelos filósofos, deveria ocupar um lugar de destaque nas investigações filosóficas” (ARAÚJO, 2010, p. 80).

4.1 GOTTLOB FREGE

Gottlob Frege irá iniciar um momento dos estudos filosóficos chamado de a Virada Linguística ou Filosofia Analítica, pois nesse momento, muitos filósofos irão se voltar para a temática da linguagem. Até então a filosofia trabalhará com temas filosóficos diversos até que houve uma percepção de que muitas dessas questões levantadas pela filosofia traziam problemas que seriam melhor resolvidos se o método fosse diferente, no caso, a linguagem utilizada até então parecia ser insuficiente para expressar os conceitos surgidos no âmbito filosófico-matemático (REZENDE, 2005). Frege, então, será um dos primeiros a perceber a necessidade de uma linguagem mais ampla e ao mesmo tempo mais específica, linguagem essa que seria pensada com o propósito de servir às questões científicas. Ele se voltará para os estudos do método, do instrumento.

Frege concebia a conceitografia que desenvolvera não como a lógica (ou uma lógica), mas como uma linguagem necessária para veicular os conceitos e enunciados da aritmética. Em seu entender, ela objetaria substituir a linguagem ordinária face à imperfeição e à insuficiência desta para usos científicos. De fato, a linguagem corrente é com frequência obscura, ambígua e irregular. E, na maioria das vezes, mostra-se inapta para expressar relações lógicas de certa complexidade. (ALCOFORADO, 2009, p. 15)

Essa linguagem proposta por Frege é nomeada como conceitografia, esse instrumento proposto servirá a assuntos específicos dos problemas lógicos, filosóficos e matemáticos e é nesse ponto que se encontra algo em comum com Leibniz e ao mesmo tempo há uma discordância com esse autor. Ou seja, a conceitografia de Frege, ainda que

tenha motivações parecidas, apresentará aspectos diferentes da *characteristica universalis* de Leibniz:

Embora Frege compartilhe da concepção de Leibniz segundo a qual a conceitografia deve ser encarada como um meio e um instrumento, opõe-se, no entanto, a ele na medida em que concebe esse instrumento como tendo um domínio restrito e bem delimitado de atuação. Com efeito, sabemos que Leibniz entende que a linguagem corrente não espelha adequadamente a disposição dos fatos do mundo. Daí sua motivação de construir uma linguagem ideal apta a representar de modo satisfatório todas as relações entre as coisas. (ALCOFORADO, 2009, pp. 15,16)

Para Leibniz, seria interessante, “se pudéssemos elaborar, para cada disciplina ou área de conhecimento, uma linguagem adequada” (MOREIRA, 2005, p. 24), por outro lado, Frege pretende apenas descrever algo muito específico que é a lógica matemática e a filosofia. Dessa forma, a pretensão de Frege foi “logicizar a matemática e não matematizar a lógica – que o distingue em certo sentido de seu tempo” (ALCOFORADO, 2009, p. 14). Como sua atenção vai ser posta na lógica e não na matemática propriamente dita, sua conceitografia poderia ser aplicada em outras áreas que envolva a lógica como instrumento de análise.

A partir de 1884, após Frege argumentar em favor de suas propostas, ele vai elaborar argumentos, em sua obra *Os Fundamentos da Aritmética. Uma investigação Lógico-Matemática sobre o Conceito de Número*, contrário ao que até aquele momento era posto no âmbito das concepções a respeito da natureza do número e da verdade aritmética (ALCOFORADO, 2009). Como suas propostas naquele momento são inovadoras do ponto de vista da técnica e também do pensar o próprio método científico, Frege precisará trazer uma gama de argumentos que, de certa forma, demonstre que sua linguagem proposta seja, de certa forma, mais útil para o que se praticava (ALCOFORADO, 2009). Uma das etapas desses argumentos está justamente em apontar o que ele via como falhas na compreensão da época. Suas críticas se voltam então para o formalismo, empirismo e ao psicologismo:

A parte negativa da obra consiste, essencialmente, no exame das diversas concepções subjacentes às investigações fundacionais de sua época, vale dizer, numa crítica ao formalismo – para o qual os números se reduziriam ao sinal (ou símbolo) enquanto objeto material –, ao empirismo – segundo o qual estes seriam meros conceitos empíricos oriundos da percepção de agregados de objetos materiais –, e, finalmente, ao psicologismo – conforme o qual os números seriam

objetos de natureza psicológica e subjetiva produzidos pelas leis inerentes ao pensar, levando-se assim a identificar as leis da lógica, de natureza prescritiva, com as leis da psicologia, de natureza descritiva. (ALCOFORADO, 2009, pp. 19-20)

Apesar de esses argumentos, elaborados por Frege, terem sido criados para discussões dentro do âmbito lógico-matemático, muitas dessas informações são facilmente aplicáveis à filosofia da linguagem como um todo, pois trata das relações entre linguagem e coisa, essas concepções contribuirão para ampliação da discussão a respeito das relações que a metafísica já discutia. Dentro desse debate cabem reflexões a respeito dos fundamentos do realismo e idealismo, correntes filosóficas essas que até então entendiam a linguagem como representação do real no caso do realismo ou do que se pensa ser o real no caso do idealismo ou racionalismo (REZENDE, 2005), pois quando Frege se coloca contrário às correntes lógicas-filosóficas a respeito do número em sua obra supracitada, contribuirá para algo mais amplo do que se pretendia, além dos números. “Frege se insurge radicalmente contra tais concepções e sustenta que os números não se reduzem aos símbolos que os expressam, nem a objetos físicos do mundo empírico e nem a itens mentais do mundo subjetivo de quem os pensa.” (ALCOFORADO, 2009, p. 20)

Frege vai entender que as partes mais abstratas da ciência necessitam de um meio de expressão melhor, ou seja, um meio pelo qual sejam diminuídos os equívocos de compreensão. Ele entende que a linguagem é um meio pelo qual os interlocutores tentam expressar suas ideias e sendo dessa forma, uma linguagem que faça uma intermediação mais clara quanto possível é de fundamental importância para o progresso do que se está discutindo. Segundo o filósofo, deve-se “evitar incompreensões quanto ao pensamento (*Denken*) de outrem, e também equívocos sobre o nosso próprio pensamento. Tanto um como o outro têm sua causa na imperfeição da linguagem, já que temos que usar sinais sensíveis para pensar” (FREGE, 2009 p. 59).

É interessante observar que toda a discussão que Frege levanta a respeito de sua conceitografia gira em torno de alguns conceitos chaves: “objeto, conceito e função e as relações que se dão entre as mesmas e de outro, as noções de sentido e referência” (ALCOFORADO, 2009, p. 25), esses termos constituem o coração de sua “filosofia da linguagem” (ALCOFORADO, 2009, p. 25). A sentença contextualizada se torna, pois, algo de extrema importância em seus estudos:

De início, isso só é possível quando se visualiza a integração do mesmo num contexto linguístico mais amplo: ‘somente numa sentença (*Satz*) têm as palavras propriamente um significado (*Bedeutung*) ou ainda ‘deve-se perguntar pelo significado das palavras no contexto da sentença, e não isoladamente’. Como tais textos indicam, segundo Frege não faz sentido querer determinar o significado de um termo, a não ser em um contexto sentencial. Pois somente aí ganha esse conteúdo significativo a possibilidade de vir a ser definido. Tal modo de encarar o significado se apoia na concepção segundo a qual o significado de uma palavra pode vir a ser estabelecido mediante a noção de contribuição (*Beitrag*) da palavra ao contexto em que ela ocorre. (ALCOFORADO, 2009, pp. 23-24)

Ainda dentro do âmbito do sentido e referência, Frege vai se debruçar sobre uma questão bastante complexa, pois apresenta alguns desafios de como funciona a linguagem na função de representar uma coisa no mundo (ALCOFORADO, 2009). É no texto intitulado *Sobre o Sentido e a Referência* de 1892 que Frege vai tentar apresentar alguma solução para o problema da igualdade, pois segundo o autor:

A igualdade desafia a reflexão, dando origem a questões que não são fáceis de responder. É ela uma relação? Uma relação entre objetos? Ou entre nomes ou sinais de objetos? Em minha *Begriffsschrift* assumi a última alternativa. E as razões que parecem apoiar esta alternativa são as seguintes: $a=a$ e $a=b$ são evidentemente, sentenças de valor cognitivo diferentes. (FREGE, 2009, p. 129)

Faz-se necessário, antes de entender a problemática da igualdade, que se entenda o significado dos termos: sentido, referência e igualdade tais como aparecem nos textos de Frege. Enquanto referência é o objeto a que um nome se refere, o sentido é a forma como se nomeia esse objeto, já a igualdade tem a ver com a relação que um objeto tem com outro (ALCOFORADO, 2009). Uma vez entendidos esses conceitos, pode-se entender que um objeto pode apresentar mais de um sentido, e o sentido pode referenciar mais de um objeto.

Quando Frege coloca a sentença $a = a$ ele demonstra que é uma sentença que não traz alguma informação nova, uma vez que um objeto está sendo referido com o mesmo sentido, constituindo-se em uma tautologia. Enquanto que $a = b$ é uma sentença informativa, uma vez que possui dois sentidos ao mesmo referente e, com isso, traz novas informações sobre o objeto (MARTONE, 2021). O problema surge quando se trata de nomes próprios, pois:

O problema suscitado por essa interpretação aparece quando consideramos sentenças nas quais aparentemente apenas um nome ocorre, e mesmo assim elas exibem o mesmo tipo de diferença cognitiva que Frege está tentando explicar. O exemplo mais famoso de um caso como esse é o exemplo de Pierre proposto por Kripke (2011). Suponha que Pierre é um fã do pianista chamado “Paderewski”. Suponha também que Pierre discorda veementemente das atitudes de um certo político polonês chamado “Paderewski”. Sem que Pierre saiba, eles são a mesma pessoa. Nesse caso, parece que a sentença “Paderewski é Paderewski” é informativa para ele, mesmo ela contendo apenas um nome que ocorre duas vezes. (MARTONE, 2021, pp. 496-7)

Quando Frege trabalha com os conceitos acima mencionados, também descreve como cada objeto no mundo pode provocar no falante representações diversas, ou seja, quando um nome próprio possui apenas dois sentidos, duas formas de ser referenciado, a carga informativa do sentido será mais limitada (SCHIRN, 1997), enquanto que as representações no interior do falante serão diversas, ou seja, um mesmo nome evoca representações pessoais do usuário da língua que estão baseadas no conhecimento prévio do falante (SCHIRN, 1997). Toda essa teoria de Frege, se diferencia da de Aristóteles ao se distanciar da ideia do nome como similar à coisa ou da ideia de uma simples convenção encontrada em Locke (JÚNIOR, *et al.*, 2016).

4.2 LUDWIG WITTGENSTEIN

Wittgenstein será um personagem de extrema importância para a filosofia da linguagem, em sua obra intitulada *Tractatus logico-philosophicus*, ele vai discorrer um assunto já tratado por Immanuel Kant, que “acreditava que muitos problemas surgiam na filosofia porque fracassamos em reconhecer as limitações da compreensão humana” (BUCKINGHAM, *et al.*, 2016, p. 248). Para Wittgenstein, os limites da linguagem significam os limites do mundo (BUCKINGHAM, *et al.*, 2016).

Na obra *Tractatus logico-philosophicus*, Wittgenstein, vai tentar eliminar problemas filosóficos por meio da atenção à linguagem (ARAÚJO, 2010). Ele tratará de problemas “tanto da linguagem científica, quanto da linguagem filosófica” (ARAÚJO, 2010, p. 82). Nessa obra, o conceito de mundo é reduzido àquilo que pode ser expresso pela linguagem, pois, “Wittgenstein sustentou que a linguagem nos fornece um retrato do mundo” (STRATHERN, 1997, p. 14).

Para a tradição da filosofia analítica e especificamente para Wittgenstein, a linguagem se constitui como uma matéria fulcral para o entendimento das questões filosóficas (BUCKINGHAM *et al.*, 2016), uma vez que é através da linguagem, que irão se desenvolver os diversos termos e expressões filosóficas. Sendo assim, é necessário que a atenção do filósofo se volte primordialmente para a linguagem a fim de que tenha suas ideias bem esclarecidas.

Da mesma forma que Kant se empenhou em definir os limites da linguagem e, por consequência, de todo o pensamento. Ele fez porque suspeitava que grande parte da discussão e da discordância filosófica baseia-se em erros fundamentais no modo como lidamos com o pensamento e na maneira de discutir o mundo. (BUCKINGHAM, *et al.*, 2016, p, 248)

Dentro dessa concepção, tanto o mundo como a linguagem se constituem como estruturas formais e “essas estruturas podem ser decompostas em suas partes componentes” (BUCKINGHAM, *et al.*, 2016 p. 249). Essa decomposição seria necessária para que se estabelecesse o que realmente cada palavra aponta para o mundo real, ou seja, como se dá a relação entre o nome e a coisa. Para Araújo (2010, p. 81), “decompor expressões é um método que pode ser utilizado de duas maneiras: puramente formal, pressupondo assim um mínimo de conhecimento da lógica moderna iniciada por G. Frege; ou mesmo utilizando meios da linguagem comum”.

Wittgenstein faz coro com o filósofo Bertrand Russell ao perceber a necessidade de se utilizar uma linguagem específica na hora de tratar assuntos filosóficos, pois a linguagem cotidiana seria inadequada para melhor representar o mundo, dessa forma, sugere uma linguagem lógica, tal linguagem seria constituída de proposições lógicas e o total de proposições é o que seria considerado linguagem (BUCKINGHAM, *et al.*, 2016). As proposições lógicas sempre podem passar por um processo de possibilidades de serem consideradas verdadeiras ou falsas.

O método, que se inicia com os filósofos analíticos, vai colocar a linguagem como tema central da filosofia e não só isso, mas também como único problema que realmente importa ao filósofo. As questões, que envolvem semântica, sintaxe e lógica, vão se constituir não somente como ferramentas desse novo método, como também, objetos de estudo, pois, para Wittgenstein, “não haveria problemas genuinamente filosóficos”

(ARAÚJO, 2010, p.81). Tudo seria “dissolvido em problemas de significação da linguagem” (ARAÚJO, 2010, p. 81):

4.112 O fim da filosofia é o esclarecimento lógico dos pensamentos. A filosofia não é uma teoria, mas, uma atividade. Uma obra filosófica consiste essencialmente em elucidações. O resultado da filosofia não são “proposições filosóficas”, mas é tornar proposições claras. Cumpre à filosofia tornar claros e delimitar precisamente os pensamentos, antes como que turvos e indistintos. (WITTGENSTEIN, 1994, p. 177 *apud* ARAÚJO, 2010, p. 81).

Como dito anteriormente, o mundo das coisas estaria reduzido ao que pode ser representado na linguagem, dentro dessa compreensão, é sugerido que se devam demarcar “limites de significação da linguagem factual: frases que não sabemos como verificar não possuem sentido” (SANTOS, 2010, p. 94). Dessa forma, uma sentença pode ser considerada verdadeira se houver correspondência entre o dito e a realidade (SANTOS, 2010). Após alguns anos desde a escrita do *Tractatus* (MARCONDES, 2007), em sua obra póstuma intitulada *Investigações Filosóficas*, se observará uma mudança na linha de pensamento de Wittgenstein, ou seja, nessa segunda fase, haverá uma mudança na compreensão da ligação entre nome e coisa no mundo, pois “no lugar da concepção verificacionista do significado, uma outra menos excludente” será colocada, então: “a de que o significado de uma expressão (palavra, frase) é o seu uso ou aplicação na linguagem” (COSTA, 2007, p. 38 *apud* SANTOS, 2010, p. 94).

Nessa segunda fase do filósofo, ele “rejeitou a primeira fase de seu pensamento de forma bastante contundente” (SANTOS, 2010, p. 95). Ele vai tecer críticas a sua própria teoria, a de que haveria como construir uma linguagem simples e pura que fosse diferente da linguagem comum, pois, “esta seria a fonte de todo erro e ambiguidade” (SANTOS, 2010, p. 95). As profundas transformações de pensamento do filósofo, entretanto, partem ainda do *Tractatus*, mas, aquilo que havia de essencial na obra anterior será, pois, mudado (VILA-CHÃ, 2002 *apud* SANTOS, 2010).

Dentro dessa nova concepção, a língua é como uma “forma de vida” (ALMEIDA, 2017, p. 96). Torna-se, pois, inseparável da vida cotidiana. Todas as nuances da linguagem passam a ser consideradas como meios de decifrar os significados. Logo, “o tratamento lógico de preposições deixa de ser a forma primordial de linguagem, abrindo espaço para que enunciados das mais diversas naturezas sejam considerados”

(ALMEIDA, 2017, p. 96). Wittgenstein encara a linguagem agora como um jogo, cujas regras mudam dependendo do contexto. Assim:

A metáfora dos jogos de linguagem é bastante elucidativa, pois os usos da linguagem são determinados por regras que só fazem sentido dentro de interações específicas, que requerem regras próprias. Por isso, falar uma língua é obedecer às regras de um jogo peculiar, que ocorre em um certo contexto, em uma dada forma de vida. Como as regras variam entre os diferentes jogos – como xadrez, futebol e esgrima – os jogos de linguagem possuem regras distintas para cada uso. (ALMEIDA, 2017, p. 96.)

Antes, a ideia seria de que a linguagem se constituía apenas como “uma simples intermediação entre homem e mundo” (SANTOS, 2010, p. 96), mas, agora, a abordagem é de ordem pragmática, ou seja, a linguagem deixa de ser algo estático para algo cujo “significado não é a exatidão ditada por algo externo, que nada tem de relação com a vida cotidiana dos falantes” (SANTOS, 2010, p. 99). A linguagem, antes, era subordinada a uma análise lógica, e agora passa a ser objeto de estudo no seu uso cotidiano (ALMEIDA, 2017). Sendo assim, a obra:

Investigações Filosóficas, no entanto, são muito mais do que uma mera negação das teses do *Tractatus*; de facto, isso ocorre apenas de uma forma marginal. No seu conjunto, as *Investigações* constituem uma abordagem genial, por parte do “segundo Wittgenstein”, aos problemas da filosofia. Nessa medida, esta é uma obra fundamental, não só para se conhecer a filosofia do “segundo” Wittgenstein, mas também porque ela preenche um capítulo verdadeiramente novo na história do pensamento filosófico, pois o que nela se verifica é na verdade a emergência de um novo paradigma do pensar e, de forma particular, a atribuição de um novo estatuto à linguagem. (VILA-CHÃ, 2002, p. 455 *apud* SANTOS, 2010, p. 96)

5 INFLUÊNCIA SOBRE A LINGUÍSTICA

Toda a história da filosofia da linguagem vai exercer uma grande influência sobre a Linguística, esta ciência até então estava sob exigências de outras áreas do conhecimento, dessa forma, diversos autores da ciência linguística vão se aproximar ou se afastar dos antigos a respeito do que seja a língua/linguagem. Ferdinand de Saussure é o que vai dar início à linguística como estudo científico (FIORIN, 2014). Sobre a temática da ligação entre nome e coisa, Saussure defende que “o signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica” (SAUSSURE, 2014, p. 105 *apud* SILVA, 2017, p. 59). A principal obra a respeito da Linguística saussuriana será o *Curso de Linguística Geral*, que foi, na verdade, anotações de aula de dois alunos de Saussure na universidade de Genebra (FIORIN, 2014).

Antigamente, a Linguística não era autônoma, submetia-se as exigências de outros estudos, como a lógica, filosofia, retórica, história ou a crítica literária. O século XX operou uma mudança central e total dessa atitude, que se expressa no caráter científico de novos estudos linguísticos, que estarão centrados na observação dos fatos de linguagem. (FIORIN, 2014, p. 13)

A problemática saussuriana é em relação à natureza da linguagem, encarando-a como um sistema de signos, e seria “a realização mais elaborada e mais completa do homem em sua capacidade de operar com signos” (CÂMARA, 1975, p. 129 *apud* MATOS e BRITO, 2009, p. 167). Como a ênfase estava nos signos, a linguística se constituiria como um campo de conhecimento menor dentro da chamada “semasiologia (estudo semântico que consiste em partir do signo linguístico para a determinação do conceito. O procedimento oposto é chamado de onomasiologia)” (MATOS e BRITO, 2009, p. 167). No entanto, Saussure busca transcender tal ciência, pois acreditava que a língua era “o meio mais completo e elaborado de utilizar o signo” (MATOS e BRITO, 2009, p. 167). Nesse caso, deveria ser estudada com reflexões em si mesma (MATOS e BRITO, 2009), então:

Tal consideração relacionada ao estudo linguístico imanente que Saussure já propunha nos primeiros anos do século XX foi seguida pelo pensamento de que a linguística, enfatizando a língua deste modo e como fortemente ligada à utilização de signos, passaria de restrita a um aspecto particular da Semasiologia à base para a ciência que estava para ser seguida. (MATOS e BRITO, 2009, pp. 167,168)

O surgimento de diversas ciências provém das filosofias gregas de milênios atrás (DANTAS, 2008). Com a linguística não foi diferente, anteriormente vimos Platão explorando a relação entre os nomes e as coisas, bem como a filosofia moderna se debruçando sobre o papel da linguagem na obtenção do conhecimento do mundo (BUCKINGHAM *et al.*, 2016). No período que abrange o século XIX e XX, muitas ideias filosóficas passarão a ser tratadas de maneira científica, com observações e experimentos. Essa passagem do filosófico para o científico nem sempre é bem clara em diversas áreas da ciência e com a linguística não foi diferente, pois segundo Basílio, (2010, p. 2): “algumas vezes Saussure definiu sua reflexão como uma filosofia da Linguística”.

É interessante observar que Saussure terá pontos em comum com o pensamento de Wittgenstein, mas não o do *Tractatus logico-philosophicus*, e sim o das *Investigações Filosóficas* (SILVA, 2017). É justamente esse segundo Wittgenstein que apresentará pontos convergentes com Saussure, e esses pontos são a arbitrariedade do signo como também a sua convencionalidade (SILVA, 2017). Tanto Wittgenstein quanto Saussure, quando trazem ideias a respeito da natureza do signo, vão encontrar eco na antiguidade clássica, pois terão:

O mesmo ponto de vista adotado por Hermógenes no Crátilo (384d) [...] O ponto de vista *bem óbvio* da arbitrariedade e convencionalidade do significado das palavras já havia sido adotado também por Aristóteles, que, atento ao “uso estabelecido da linguagem” e à “nomenclatura estabelecida” (*Tópicos*, II, I), ensina que “o nome é um som que possui significado estabelecido somente pela convenção” (Da interpretação, II). (SILVA, 2017, p. 55).

A linguagem, para Saussure, não é objeto apenas de abstração ou conjecturas, começa a ter um status de ciência empiricamente observada, examinada e analisada. A linguagem, nessa concepção, é um sistema de signos que atua como unidades básicas da própria linguagem (BUCKINGHAM, *et al.*, 2016). Essa teoria é oriunda de estudos anteriores como o do “filósofo russo Roman Jakobson, que resumiu a abordagem semiótica quando disse que ‘toda mensagem é composta de sinais’” (BUCKINGHAM *et al.*, 2016, p. 223).

A concepção Saussuriana da linguagem parte de um pressuposto mais filosófico que científico, leva em consideração reflexões a respeito do conhecimento bem como de sua natureza e dos limites na linguagem (BASÍLIO, 2010). “Saussure desenhou, desse

ponto de vista, uma visão filosófica da linguagem e da língua” (BASÍLIO, 2010, p. 2). O saber negativo, ou não positivo, do estudo de Saussure sobre a linguagem é o que indica seu caráter filosófico:

O termo ciência hoje nos remete a um saber positivo e invariavelmente empírico. Isto envolve a manipulação do objeto, e a formulação matematizada de leis que permitem observar este objeto. Desse modo o objeto é dado de antemão, graças à verificação empírica os conceitos são fixados a posteriori. Mas o saber com que Saussure lidava, o saber não positivo, lida com conceitos primitivos, ou seja, “o ponto de vista que cria o objeto” nesse caso, não há um objeto estabelecido antes dos conceitos formulados. Desse modo, o objeto não é diretamente observável ou demonstrável empiricamente, é uma abstração imposta, uma escolha metodológica ou filosófica mesmo, no sentido de que se escolhe um modo de olhar para o objeto que o cria, que “faz a coisa” surgir. (BASÍLIO, 2010, p. 2).

A linguagem, para Saussure, engloba a língua, esta é o objeto da Linguística. “Esta tese positiva comporta a tese negativa, qual seja de que a linguagem não é o objeto da linguística” (DEVITTO, 2016, p. 805). A linguagem, como um todo, seria “multiforme e heteróclita”. (SAUSSURE [1916] 1969:17 *apud* DEVITO, 2016, p. 805), sendo assim não poderia ser colocada como objeto como algo integral e universal para uma disciplina.

A linguística, elaborada por Saussure, terá grandes influências em diversos autores, e segundo DeVitto (2016): a repercussão de seus estudos se fará presente tanto dentro do estruturalismo, como no pós-estruturalismo da literatura e no Círculo Linguístico de Praga, e até mesmo, na crítica ao objetivismo abstrato proposta por Mikhail Bakhtin. Já os estudos de Saussure influenciam a teoria de Noam Chomsky com sua teoria da gramática gerativa, que seria a ideia de que uma língua possui possibilidades de uso infinito de sentenças (CHOMSKY, 1998). Este autor também defende uma ideia inatista da aquisição da linguagem, ou seja, que o ser humano é dotado naturalmente de algo que o capacita ao desenvolvimento da linguagem.

Chomsky (1965) propõe que a criança tem um dispositivo de aquisição da linguagem (DAL) inato que é ativado e trabalha a partir de sentenças (in put) e gera como resultado a gramática da língua à qual a criança está exposta. Segundo o autor, esse dispositivo é formado por uma série de regras, e a criança, em contato com sentenças de uma língua, seleciona as regras que funcionam naquela língua em particular, desativando as que não têm nenhum papel. (FIORIN, 2014, p.220)

Como o presente trabalho visa se concentrar apenas na filosofia da linguagem e não na ciência linguística propriamente dita, este parágrafo serve apenas para, primeiro, demonstrar como a filosofia da linguagem influenciou o início da ciência linguística e, depois, apontar para quais caminhos a linguística seguiu.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho foi escrito quando foi constatado, por meio de uma revisão bibliográfica, que a filosofia da linguagem é uma ferramenta que estuda um campo ainda bastante amplo de investigação, e que por isso apresenta uma importância enorme no que tange ao desvelamento da linguagem e sua relação com o sujeito e o mundo que o cerca.

Diante disso, a pesquisa realizada neste trabalho teve como objetivo geral compreender como a linguagem foi entendida por pensadores que apresentaram ideias opostas a respeito da linguagem na história da filosofia da linguagem. Sendo assim, foi constatado que o objetivo foi alcançado, porque efetivamente o trabalho conseguiu demonstrar que desde a antiguidade clássica até a contemporaneidade, pensamentos opostos sobre a linguagem se apresentavam em uma dialética de ideias e com isso foi possível compreender como a ideia de linguagem estava apoiada entre lados que ora se aproximam e ora se afastam, apresentando pontos que muitas vezes tinham algo em comum e outras vezes radicalmente diferentes.

Para alcançar esse objetivo, foi necessário analisar os pontos principais de alguns filósofos da linguagem, o que foi demonstrado durante o trabalho, esses pontos falavam a respeito tanto da natureza da linguagem como sua relação entre os sujeitos e o mundo e também como um instrumento útil para o fazer filosofia. Com esses dados, foi possível comparar ideias, comparações essas que demonstraram como a ideia de linguagem foi muitas vezes resgatadas de filósofos mais antigos por filósofos modernos e contemporâneos, obviamente com algumas modificações. Outras vezes a comparação demonstrou que havia pontos que eram sínteses de duas ideias opostas. Por fim, todo o trabalho se propõe fazer um panorama de como a linguagem foi vista em pontos específicos do tempo e em pensadores específicos da história da filosofia da linguagem.

Desde o início das pesquisas que deram origem a este trabalho, percebeu-se que uma teoria geral do que seja a linguagem é algo que está longe de uma realidade, uma vez que esta linguagem se apresenta multiforme e também só pode ser estudada através dela própria, ou seja, é através da linguagem que se estuda a linguagem. Sendo assim, o presente trabalho se constitui como uma pequena contribuição neste universo de estudos e teorias, para a compreensão de um objeto de estudo que necessita de uma equipe

multidisciplinar e atenta a tudo o que já foi produzido dentro da filosofia da linguagem na história.

A pesquisa foi realizada através de uma revisão bibliográfica que diante de grande parte das produções a respeito do tema, foram escolhidos alguns pensadores que, de alguma forma, representavam bem o pensamento filosófico e linguístico de suas respectivas épocas. É pertinente descrever também que houve algumas limitações, uma vez que as obras originais desses pensadores só pôde ser acessada por traduções que mesmo assim, possuem uma linguagem com um vocabulário bem diferente dos textos atuais, o que podia ser contornado tanto por dicionários comuns como por dicionários filosóficos, este último serviu para esclarecer certos conceitos filosóficos que apareceram durante a pesquisa. Por fim, a grande quantidade de produções a respeito do tema se mostrou um desafio para escolher produções que, de alguma forma, demonstrassem com maior êxito o que se pretendeu pesquisar, mas sempre alguns detalhes acabam ficando de fora nessa seleção.

Finalmente, após a pesquisa, chega-se à conclusão de que a linguagem é um objeto de estudo desafiador não somente para filósofos e linguistas, mas para todos os que precisam lidar com esse conhecimento em diversas áreas do conhecimento. Recomenda-se que seja melhor estudada a relação entre nome e coisa no mundo, do ponto de vista psicológico, social e antropológico. É uma matéria de estudo interessante também para as artes e a teologia, pois muitos dos problemas de compreensão da realidade habitam na linguagem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cristiano Pereira de. Reflexões sobre o Papel da Linguagem em Aristóteles e Wittgenstein. Rónai – **Revista de Estudos Clássicos e Tradutórios**, [S. l.], v4, n.2, p. 89-100, 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/ronai/article/view/23183>. Acesso em: 28 ago. 2023.

ALMEIDA, Rolando. Verdades Necessárias e Contingentes. **A Filosofia no Ensino Secundário**, 09 jul. 2007. Disponível em: <https://rolandoa.blogs.sapo.pt/46017.html>. Acesso em: 03 fev. 2024.

ARAÚJO, Julio Cezar de. Godel: O Brilhante Matemático que Morreu de Fome Propositivamente. **Mega Curioso**, 02 dez. 2023. Disponível em: <https://www.megacurioso.com.br/ciencia/127515-godel-o-brilhante-matematico-que-morreu-de-fome-propositivamente.htm>. Acesso em: 03 fev. 2024.

ARAÚJO, Leandro Shigueo. **A Correspondência entre Linguagem e Mundo no Tractatus de Wittgenstein**. Crátilo: Patos de Minas, p.80-90, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/semic/article/view/3200/2605> . Acesso em: 4 fev. 2024.

ARISTÓTELES. **Da Interpretação**. Tradução: José Veríssimo Teixeira da Mata. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Tradução: Lucas Angioni. 1. ed. Campinas: Unicamp, 2002.

AZIZI, Diego dos Anjos. Et al(org.). **O Mundo e suas Representações**: estudos sobre o idealismo. 1 ed. Guarapuava: Apolodor Virtual Edições, 2021.

BASÍLIO, Raquel. Saussure: uma filosofia da linguística?. **Revel**, vol. 8, n. 14, 2010. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/c772bf37d602e359720072f413942fb2.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2024.

BECKER, Evaldo. **Política e Linguagem em Rousseau**. 2008. 267 f. Tese – (doutorado) – Universidade de São Paulo, Departamento de Filosofia, 2008. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-25092008-165413/publico/TESE_EVALDO_BECKER.pdf . Acesso em: 4 fev. 2024.

BRAIDA, Celso Reni. **Filosofia e Linguagem**. Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/229591/Celso%20R.%20Braid%20-%20Filosofia%20da%20Linguagem%20I.pdf?sequence=3>. Acesso em: 05 fev. 2024.

BRANDOM, Robert B. Intencionalidade e Linguagem: uma abordagem normativa, pragmatista e inferencialista. Tradução: Raffz Vieira. **Neoiluminismo**. Disponível em: <https://neoiluminismodotcom.wordpress.com/2018/10/13/intencionalidade-e-linguagem-uma-abordagem-normativa-pragmatista-e-inferencialista-robert-b-brandom-traducao-de-raffz-vieira/>. Acesso em: 05 fev. 2024.

BUCKINHAM, W. Et al. **O Livro da Filosofia**. Tradução: Douglas Kim, 2 ed. São Paulo: Globo Livros, 2016.

CABRAL, João Francisco Pereira. **Filosofia da Linguagem em Platão**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/filosofia-linguagem-platao.htm>. Acesso em 05 fev. 2024.

CANUTO, Húbson. **Leibniz**: As Línguas e as Nações. no prelo.

CANUTO, Húbson. **Leibniz**: O Significado das Palavras. Aracaju, 2014.

CARVALHO, Regina Simplício; CARVALHO, Marcelo Simplício. A Linguagem na Perspectiva de John Locke: Interseções com a Neurociência e uma Possível Contribuição para o Ensino de Ciências. **JCEC**, v. 4, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/jcec/article/view/2487> . Acesso em: 03 fev. 2024.

CHAUI, M. **Iniciação à Filosofia**. 2 ed. São Paulo: Ática, 2016.

CHOMSKY, Noam. **Linguagem e Mente**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CORREIA, Adriano (org.) Et al. **Filosofia do Século XVIII**. São Paulo: ANPOF, 2017

DANTAS, Adalmir Morterá. A Ciência. **Rev. Bras. Oftalmo.**, v.67, n. 4 p. 163-164, ago. 2008.

DARDEAU, Denise. Jacques Derrida: Da Linguagem à escritura, da Escrita como Transbordamento. **Ensaio Filosófico**: Rio de Janeiro, v. 3, p. 54-62, 2011.

DINUCCI, Aldo Lopes. Notas sobre a Teoria Aristotélica da Linguagem. **Cadernos UFS: filosofia**, São Cristóvão, v. 5, p. 7-16, jan/jun. 2009. Disponível em: http://200.17.141.110/periodicos/cadernos_ufs_filosofia/revistas/ARQ_cadernos_5/aldo.pdf. Acesso em: 26 ago. 2023.

FALABRETTI, Ericson. A Linguística de Rousseau: a estrutura aberta e a potência criadora da linguagem. **Analytica**: Rio de Janeiro, v.15, n 2, p. 147-198, 2011. Acesso em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/analytica/article/viewFile/629/585>. Acesso em: 4 fev. 2024.

FARIA, Chaianne Maria da Silva. Linguagem e Verdade em Leibniz. **Cadernos Espinosanos**: São Paulo, n. 34, p. 251-287, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/epinosanos/article/view/116957>. Acesso em: 03 fev. 2024.

FERREIRA, Jéssica da Silva. **Aspectos da Desconstrução e da Linguagem no Pensamento de Jacques Derrida**. 2016. 86f, Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução a Linguística I**: Objetos Teóricos. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

FRANCISCO, Antônio Marcos. **Gottlob Frege**: Da Noção de Conteúdo à Distinção entre Sentido e Referência. 2013. 107 f. Dissertação – (Mestrado) – Universidade Federal de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2010.

FRANCISCO, Antônio Marcos. **Gottlob Frege**: Os Sentidos Lógicos e Psicológicos nas Sentenças da Linguagem Natural. **Cadernos de Filosofia Alemã**: São Paulo, v. 27, n.2, p. 31-50, 2022. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/issue/view/12693/2437>. Acesso em: 03 fev. 2024.

FRANZON, Carmen Rosane Pinto. **A Característica Universal de Leibniz**: contextos, trajetórias e implicações. 2015. 187 f. Tese – (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/127773>. Acesso em: 18 out. 2023.

FREGE, Gottlob. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. Tradução: Alcoforado, 2ed. São Paulo: edusp, 2009.

FREIRE, Maria Continentino. **Escritura**: desconstrução da linguagem em Derrida. 2010. 81 f. Dissertação – (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia, Rio de Janeiro, 2010.

HUISMAN, Denis. **Dicionário dos Filósofos**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

JUNIOR, Bento Prado. **A Retórica de Rousseau e Outros Ensaio**s. São Paulo: Cosac Naify, 2000.

JÚNIOR, F.B. do; TANNÚS, M. C. O Uso Poético da Linguagem e os Conceitos de Ideia, Sentido e Referência no Pensamento de Frege. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 30, n.60, p. 979-994, 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/32139>. Acesso em: 2 set. 2023.

ARCO JÚNIOR, Mauro Dela Bandera. A Fala e a Escrita na Concepção de Linguagem de Rousseau. **Griot: Cruz das Almas**, v. 19, n 2, p.41-50, 2019. Acesso em: <https://www.redalyc.org/journal/5766/576660982003/html/>. Acesso em: 4 fev. 2024.

LIER-DEVITTO, Maria Francisca. Consequências de duas Definições de La Langue no Curso de Linguística Geral de Ferdinand de Saussure. **Delta**: São Paulo, p.799-813, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/dDvfT3Tkg3dWfX78w6nbsgw/?lang=pt>. Acesso em: 4 fev. 2024.

LOCKE, John. **Ensaio Acerca do Entendimento Humano**. Tradução: Anoar Aiex. São Paulo: Nova Cultura, 1999.

MACINTOSH, Eric. O Significado de Verdade Necessária versus Verdade Contingente. **Objetivismo**, 16 jan. 2020. Disponível em: <https://objetivismo.com.br/artigo/o-significado-de-verdade-necessaria-versus-verdade-contingente/>. Acesso em: 03 fev. 2024.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: ZAHAR, 13 Ed. 2008.

MARTONE, Filipe. Como Ler o Primeiro Parágrafo de “ Sobre o Sentido e Referência”. **Principia**: Florianópolis, v. 5, p. 491-513, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/principia/article/view/78758>. Acesso em: 03 fev. 2024.

MATOS, Denilson Pereira de; BRITO, Amanda de Souza. A Visão Saussuriana da Linguagem: a partir das análises de Mattoso Câmara (1975). **Confluência**: Rio de Janeiro, p. 163-174, n. 37/38, 2009. Disponível em: <https://confluencia.emnuvens.com.br/rc/article/view/687>. Acesso em: 4 fev. 2024.

MOREIRA, Camila Bozo. A Teoria da Linguagem em John Locke. **Revell**: Dourados, v. 3, n 14, 2016. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/REV/article/view/1145>. Acesso em: 03 fev. 2024.

MOREIRA, Camila Bozo. **Sobre o Conceito de Intradutibilidade na Teoria da Linguagem presente no Ensaio sobre o Entendimento Humano, de John Locke**. 2017. 365 f. Dissertação – (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Departamento de Letras Modernas, São Paulo, 2010.

MOREIRA, Viviane de Castilho. **Leibniz e a Linguagem**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

NETO, Moysés Pinto. **A Linguagem em Derrida e Agamben: escritura e gesto**. PUCRS, Porto Alegre, p. 79-95, 2011.

NEVES, M. H. de M. A Teoria Linguística em Aristóteles. **Alfa: Revista de linguística**, São Paulo, v. 25, p. 57-67, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3635>. Acesso em: 18 ago. 2023.

PEREIRA, Américo. **Da Filosofia da Linguagem no Crátilo de Platão**. 1 ed. Covilhã (Portugal): Lusofia, 2008.

PIAUI, William de Siqueira. **Leibniz e a Linguagem: línguas naturais, etimologia e história**. 1 ed. Curitiba: Kotter. 2019.

PLATÃO. **Crátilo**. Tradução: Carlos Alberto Nunes. Limeira, 2009.

PLATÃO. **O Sofista**. Tradução: Carlos Alberto Nunes. 2003. Disponível em: <https://institutoelo.org.br/site/files/publications/c3ce95f2ea7819533050e2effd5b652d.pdf>. Acesso em: 04 fev, 2024.

POMBO, Olga. **Linguagem e Conhecimento em Leibniz**. Lisboa: JNICT. 1997.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1990.

REIS, Leonardo Borges. Filosofia da Linguagem e Teoria Social em Noam Chomsky. **Filogenese**, São Paulo, v. 2, n° 2, p. 111-126, 2009.

REZENDE, A. **Curso de Filosofia: para professores e alunos dos cursos de segundo grau e de graduação**. 13 ed. Rio de Janeiro, 2005.

RIBEIRO, André Antônio. **A Filosofia da Linguagem em Platão**. 2006. 143 f. Tese – (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2895>. Acesso em: 4 fev. 2024.

ROUSSEAU, J. J. **Do Contrato Social e Ensaio sobre a Origem das Línguas**. Tradução: Lourdes Santos Machado, 7 ed. São Paulo: Nova Cultura, 1999.

SANTOS, Fausto dos. **Filosofia Aristotélica da Linguagem**. Chapecó: Argos, 2022.

SANTOS, Leonardo Pinto dos. Ludwig Wittgenstein: virada pragmática e linguagem. **São Boaventura**: Curitiba, p. 93-106, v. 3, n. 2, 2010. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt->

BR&as_sdt=0%2C5&q=Ludwig+Wittgenstein%3A+virada+pragm%C3%A1tica+e+linguagem&btnG=. Acesso em: 4 fev. 2024.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHIRN, Matthias. Sobre Algumas Idéias Fundamentais da Filosofia da Linguagem de Gottlob Frege. **Manuscrito**: Campinas, v. 20, n. 1, p. 69-101, 1997. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/manuscrito/article/view/8665744>. Acesso em: 03 fev. 2024.

SEVERO, Cristine Gorski. Leibniz e Chomsky: convergências e divergências. **Filosofia Unisinos**: São Leopoldo, v. 7, n. 3, p. 69-280, 2006. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/filosofia/article/view/6105>. Acesso em: 03 fev. 2024.

SEVERO, Renata Trindade. Língua e Linguagem como Organizadoras do Pensamento em Saussure e Benveniste. **Entretextos**: Londrina, p.80-96, v. 13, n. 1, 2013. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/14495>. Acesso em: 4 fev. 2024.

SILVA, Beatriz da. **Desenvolvimento da Linguagem**: uma proposta inatista. Filologia.org. Disponível em: http://www.filologia.org.br/iiijnlflp/textos_completos/pdf/Desenvolvimento%20da%20linguagem-%20uma%20proposta%20inatista%20-%20BEATRIZ.pdf. Acesso em: 24 jan. 2024.

SILVA, Gustavo Augusto Fonseca. **Jogos de Signos, Jogos de Linguagem**: um estudo comparativo entre a linguística de Ferdinand de Saussure e a filosofia de Ludwig Wittgenstein. 2017. 231 f. Dissertação – (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/LETR-AQGHF9>. Acesso em: 4 fev. 2024.

SIQUEIRA, Vinícius. **Linguagem e a Realidade – Émile Benveniste**. Colunas Tortas. 2020. Disponível em: <https://colunastortas.com.br/benveniste-linguagem/>. Acesso em: 05/02/2024.

STRATHERN, Paul. **Derrida em 90 Minutos**. Tradução: Cassio Boechat. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

STRATHERN, Paul. **Wittgenstein em 90 Minutos**. Tradução: Maria Helena Geordane. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

WEEDWOOD, Barbara. **História Concisa da Linguística**. Tradução: Marcos Bagno. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2002.

WITTEGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. Tradução: José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultura, 3 ed. 1999.

WITTEGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus logico-philosophicus**. Tradução: Luiz Henrique Lopes Santos. São Paulo: Edusp, 3 ed. 2001.